



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 187

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PFL

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PPB

**LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**  
3º Vice-Presidente - PMDB

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PFL

**NELSON GARCIA**  
2º Secretário - PFL

**ANTONIO ANNIBELLI**  
3º Secretário - PMDB

**IRONDI PUGLIESI**  
4ª Secretária - PPB

**ÂNGELO VANHONI**  
5º Secretário - PT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

## Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 10: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 09: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Paulo Gorski - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Cesar Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
13ª LEGISLATURA  
ATA DA 006ª SESSÃO ORDINÁRIA  
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO  
REALIZADA EM  
29 DE DEZEMBRO DE 1998**

*(terça-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM

Curitiba, em 04.09.98

Senhor Presidente.

Nos termos dos arts. 27, inciso XVIII e 66, inciso IV, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transformar a atual autarquia Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, de que tratam as Leis nºs 6.517/74, 6.636/74 e 11.027/94, em Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP, mantida sua condição de entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

O Plano de Lei ora proposto decorre do resultado de estudos feitos pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cujas conclusões demonstram e justificam a necessidade da pretendida transformação, a fim de que a estrutura básica da Administração Estadual possa instrumentalizar-se para o exercício de atividades mais amplas que as da atual COMEC, tendo em vista a criação de outras duas Regiões Metropolitanas, quais sejam a de Londrina, pela Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998 e a de Maringá, pela Lei Complementar nº 83, de 17 de julho do mesmo ano, fato que, para essas regiões, exige planejamento integrado entre o Estado e os municípios que as integram, para obras e funções públicas tipificadas como de interesse comum.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 29.12.98.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, criada pela Lei nº 6.517, de 02 de janeiro de 1974, constituída em órgão de regime especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974 e transformada em autarquia pela Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, fica transformada em Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP, mantida sua condição de entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

Parágrafo Único - A COMEP terá sede e foro na Cidade de Curitiba e jurisdição administrativa em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - A COMEP tem como finalidade a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum no âmbito das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado do Paraná.

Art. 3º - A administração superior da COMEP contará com um Conselho de Administração, c conforme o disposto no art. 91, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, com a competência estabelecida pelo art. 93, incisos I a VIII, da referida lei.

Art. 4º - O Conselho de Administração, composto por 7 (sete) membros, não remunerados, será presidido pelo titular da Secretaria de Estado a que a COMEP se vincular, cabendo ao Diretor-Presidente da entidade o exercício das funções de Secretário Executivo do colegiado.

Art. 5º - Ficam criados na Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP, 02 (dois) cargos de provimento em comissão com a denominação de Diretor Regional, símbolo DAS-3.

Art. 6º - As sociedades instituídas entre municípios para a execução de serviço público de interesse comum ou obra, aquisição de bens, produtos e equipamentos e realização de eventos no âmbito de competência municipal, quando integradas por municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado do Paraná, deverão seguir as orientações e diretrizes dos Conselhos Deliberativo e Consultivo das respectivas Regiões Metropolitanas.

Art. 7º - O regulamento e a estrutura básica da Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná serão estabelecidos mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, atendidas as disposições da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, em prazo não superior a noventa (90) dias da publicação desta lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### À Diretoria Legislativa.

### Requerimentos.

#### REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da Redação Final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.12.98

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Retirada por 10 Sessões do Projeto de Lei nº 015/96, item 02, em 2ª discussão, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, constante da Ordem do Dia da presente sessão extraordinária.

Sala das Sessões, em 29.12.98

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, MILTON PUPPIO, EDNO GUIMARÃES, EDGAR BUENO, AUGUSTINHO ZUCCHI, CAÍTO QUINTANA, WALMOR TRENTINI, LUIZ CARLOS MARTINS, ALBANOR GOMES, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, JOÃO TECHY, DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, NELSON JUSTUS, CEZAR SILVESTRI, HORÁCIO RODRIGUES, LUIZ ACCORSI, LUIZ CARLOS ZUK, NELSON GARCIA, CESAR SELEME, ÉLIO RUSCH, NELSON TURECK, CLEITON KIELSE, RENY BORSATTO, TOTI COLAÇO E HIDEKAZU TAKAYAMA.

#### REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 29.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, votação em bloco para as emendas apresentadas em Plenário, referentes ao Projeto de Lei nº 485/98.

Sala das Sessões, em 29.12.98

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, vem respeitosamente à presença de V. Exa. apresentar Pedido de Destaque na votação da Emenda nº 8, sobre isenção de IPVA para veículos de transporte coletivo, ao Projeto de Lei nº 485/98, que dispõe sobre o IPVA.

Sala das Sessões, em 29.12.98

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoioamento:

Joel Coimbra.

#### REQUERIMENTO Nº 2155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, pedido de destaque para a discussão e votação à Emenda nº 01 de Plenário ao Projeto de lei nº 485/98, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 29.12.98

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Antonio Annibelli e Doutor Rosinha.

REQUERIMENTO Nº 2157

Senhor Presidente.

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, destaque de discussão e votação para as emendas nºs 03, 04, 05, 06 e 09 ao Projeto de Lei nº 485/98 que dispõe sobre o IPVA.

Nestes termos pede deferimento, conforme disposto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.12.98

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: Caíto Quintana.

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 29.12.98

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja enviado Votos de Congratulações ao Governador Jaime Lerner, pelo pagamento de todos os salários do funcionalismo público do Estado do Paraná, bem como o décimo terceiro salário dentro do mês de dezembro, assim como o pagamento de todas as locações feitas pelo Estado no montante de R\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), visto que diante da atual situação financeira do nosso país, os demais Estados não efetuaram tal pagamento com a mesma pontualidade, sem que tenha havido a necessidade de se efetuar empréstimos ou fazer antecipação de receita, o que evidencia a competência desse governo e de toda a sua equipe.

Ainda acrescento a satisfação que, nós, como cidadãos paranaenses temos ao mencionar que foi injetado o total de R\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais) para o aquecimento da nossa economia.

Sala das Sessões, em 29.12.98

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2153

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja enviado Votos de Congratulações ao Secretário de Estado da Fazenda, Giovanni Gionédís e toda a sua equipe pelo pagamento de todos os salários do funcionalismo público do Estado do Paraná, bem como o décimo terceiro salário dentro do mês de dezembro, assim como o pagamento de todas as locações feitas pelo Estado, o que totaliza o montante de R\$520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), haja vista a situação de outros estados do nosso país, que não honraram sequer o pagamento dos salários do mês de dezembro e décimos terceiros salários, o que demonstra a competência e seriedade deste governo, que efetuou estes pagamentos com pontualidade sem que tenha havido a necessidade de se efetuar empréstimos ou fazer antecipação de receita, o que evidencia a competência desse Secretário de Estado e de toda a sua equipe.

Sala das Sessões, em 20.12.98

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei de iniciativa do Governo que cria a PARANAPREVIDÊNCIA. Quero usar o Grande Expediente de hoje para colocar algumas questões sobre a previdência que acho extremamente importante, não somente sobre o Projeto que está na ordem do Dia inconstitucional, de acordo com parecer dado pela nossa assessoria, mas quero abordar a questão da previdência e uma maneira geral e como um todo.

O Governo Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República propondo, de acordo com o que ele mesmo se chamou, uma série de reformas, que para nós trabalhadores são propostas de destruição dos nossos direitos. Nós entendemos que quando efetuamos qualquer tipo de reforma ela tem o objetivo de melhorar algo. Se vou fazer uma reforma na minha casa é para que eu viva melhor e mais confortável do que eu vivia até aquele momento. No entanto, os projetos de reforma do Governo Federal e do Governo do Estadual Jaime Lerner, todas elas visam destruir direitos que vivíamos, que tínhamos. No nosso País, antes de qualquer reforma previdenciária ou administrativa deveria ser feito uma reforma fiscal, porque nós sabemos que é obrigação do Estado brasileiro o pagamento da previdência social, vamos dizer melhor, a manutenção da previdência social como órgão público e que garanta os direitos dos trabalhadores. É dito no Brasil que nós pagamos muito impostos. É verdade, a classe trabalhadora assalariada, o pequeno e o micro-empresário, o comerciante e o agricultor, esses pagam muitos impostos, mas a elite brasileira, a classe alta paga pouquíssimos

impostos. Se nós compararmos o peso dos impostos, o percentual em relação ao PIB que no Brasil hoje está em torno de 33%, e compararmos com a Inglaterra, cerca de 33%, a França 41%, Dinamarca 51% e a Suécia 56%, vamos ver que a carga tributária é muito pequena comparada com esses países, e ao mesmo tempo é muito grande para aquelas categorias que já classifiquei. O Governo Federal faz uma reforma ao oposto, fazendo com que os pequenos paguem mais, e no entanto o grande patrimônio, o grande capital, por exemplo, o capital financeiro internacional nem imposto de renda mais paga no nosso País. As heranças não são taxadas.

Então, o que se faz necessário, é uma verdadeira reforma tributária para garantir ao aposentado, ao trabalhador de hoje e aposentados do futuro uma aposentadoria digna, e não retirar direitos dos trabalhadores que estão hoje na ativa e daqueles que estão na inativa com o discurso da reforma.

Sabemos, de uma maneira geral que a previdência social brasileira e o estado brasileiro estão realmente com dificuldades financeiras, mas os responsáveis por essas dificuldades não são trabalhadores, quer seja do serviço público ou privado. Os verdadeiros responsáveis são aqueles que durante 500 anos têm governado o nosso País. São os governantes de hoje e do passado os responsáveis por isso. Só para se ter uma idéia, na previdência, que foram eles que sempre administraram, tem uma sonegação histórica de cerca de 40%. Acaba-se com a estrutura do Estado, sucateando todo o Estado, impedindo uma fiscalização séria sobre as empresas, fazendo com que isso não aumente a arrecadação.

O Brasil tem cerca de três milhões e meio de empresas, tem cerca de três mil e quinhentos fiscais do INSS. Não tem como se combater a sonegação. A inadimplência dos nossos governantes com os fundos de previdências, digo no plural, porque tantos os governos estaduais como o governo federal, está sempre inadimplente com a previdência. Veja a histórica inadimplência do Governo do Estado com o IPE. Nenhum dos nossos governantes cumpriu com seus deveres com relação ao IPE, a nível federal o governo também nunca cumpriu com seus deveres com relação ao IPE, a nível federal o governo também nunca cumpriu as suas obrigações com relação ao fundo funcional ou em relação a própria previdência pública, os chamados INSS.

Nós sabemos que quando foi aprovada a nossa Constituição, a de 1988, que estabeleceu o regime jurídico único para o servidor, a maioria dos municípios do nosso País e alguns estados brasileiros criaram os chamados fundos de previdência não com a responsabilidade de vida, mas sim, única e exclusivamente para não mais contribuir com os 8% do INSS e reter essa contribuição junto ao Tesouro do Estado. Aqui no Paraná foi criado o Fundão com o mesmo objetivo. E depois quando ele tinha acumulado um certo capital ele foi destruído, e nós votamos contra, a Bancada do PT, na ocasião, porque o fundo já tinha capital para ser investido em outros locais, entre

os quais a FERROESTE que depois foi dada de presente a empresário agora pelo atual Governo.

Há uma grande discussão que tem se colocado, de uma maneira geral, no que diz respeito aos Fundos de Previdência e nesse mesmo Fundo o atendimento à saúde. Os governantes que assim o fazem, como Jaime Lerner está fazendo, são irresponsáveis por vários razões. Aqui quero elencar algumas: a primeira delas, se o nosso Governador e nosso Presidente fossem sérios e responsáveis com a população de uma maneira geral, fazia a implantação imediata e a implementação do SUS que garantiria o atendimento médico, hospitalar, ambulatorial à saúde de todos os brasileiros, bem como garantiria a promoção e a prevenção na nossa área de saúde.

No entanto preferem os governantes jogar tudo para um pseudo fundo ou para um fundo que pode ser verdadeiro, porém, não dará conta do atendimento à saúde. Chamo a atenção: um fundo de saúde como se está propondo agora no Paraná ou como foi proposto no Fundão, não atenderá a saúde dos servidores públicos. O montante inconstitucionalmente e ilegalmente cobrado não vai dar conta. Não foram feitos cálculos atuariais para o atendimento médico e à saúde e mais, são tratados com igualdade, todos os servidores nas suas contribuições, sem terem feito os cálculos sobre o número de dependentes por cada família? Socializa-se a cobrança de todos compulsoriamente, o que também é ilegal. PARANAPREVIDÊNCIA, ente paraestatal, de caráter privado ao cobrar para a saúde compulsoriamente, é ilegal, inconstitucional. O servidor público tem que fazer a sua opção como qualquer cidadão, se deseja pagar um seguro saúde e se desejar, se é UNIMED, se é AMIL, BRADESCO Seguros ou HSBC Seguro-Saúde. Não deve ser cobrado compulsoriamente como está sendo cobrado. Isso é inconstitucional, porque o Fundo é de caráter privado. Entendemos que esse tipo de Fundo da Saúde está voltado única e exclusivamente com olhar médico e não com olhar sobre a saúde, porque se limita a ambulatório, exames complementares, internamentos simples como a medicalização, ou seja, visto o servidor como um objeto de lucro de setores privados da medicina e não é visto como um modelo diferenciado onde a qualidade de vida do servidor não depende somente do atendimento médico, mas é muito mais amplo do que se coloca;

O projeto que se coloca serve para o fura-fila do SUS, porque o próprio projeto estabelece os limites do atendimento. Não vai pagar diálise, não vai pagar transplantes, não vai pagar cirurgias cardíacas, nem UTI. Aí o servidor público, internado com uma simples patologia, se complicada, - está num leito privado de um sistema privado do PARANAPREVIDÊNCIA, é deslocado para o SUS, roubando leito de um cidadão comum. Esse é o PARANAPREVIDÊNCIA na área de saúde. Um projeto que vai dar ao servidor público o que ele já tem hoje no IPE, ou seja, nada, um simples atendimento ambulatorial, porque não foram feitos estudos atuariais onde as contribuições serão insuficientes por isso. Podendo o governo

do Estado do Paraná criar um Fundo de Previdência Pública, ele faz a opção para criar um Fundo de Previdência Privado. É um ente paraestatal e ao ler o projeto como um todo, sendo tratado constitucionalmente e legalmente como uma autarquia ou uma fundação pública, ou seja, naquilo que deve garantir a impessoalidade, o projeto não garante. Naquilo que ele quer, que é direito das autarquias, que são as isenções de impostos, esse ente privado o tem. É para o fato que não tem transparência de gestão nenhuma, todos os membros do Conselho, serão direta ou indiretamente indicados pelo Poder Executivo e com algumas indicações que entendemos exdrúxulas, como o representante de associações das previdências privadas do nosso Estado. Quem é esse representante? Quais são as entidades que fazem parte? Alega-se que a transparência vai se dar pelo contrato de gestão. Quem fará o contrato de gestão e quem o assinará? O Conselho que vai gerir o Fundo? O PARANAPREVIDÊNCIA com o Governo do Estado, só que foi ele que indicou os conselheiros. São eles que farão o contrato de gestão. Na área da previdência podemos pensar, mas na área de saúde, quero dar um exemplo: se no contrato de gestão estabelecer que o PARANAPREVIDÊNCIA terá obrigação de dar 80 mil consultas num ano, esteja, por exemplo, isso no contrato de gestão, e essas 80 mil consultas são atingidas até o mês de agosto, setembro, outubro e novembro, como será o atendimento do servidor público? A meta foi atingida. A partir daí a PARANAPREVIDÊNCIA não tem mais obrigação porque não está estabelecido no contrato de gestão. O servidor perderá o seu direito e aí vem a bancada governista e se contrapõe: não, não será fixada em 80 mil, será fixada em 150. Aceitarão os gestores do PARANAPREVIDÊNCIA esse contrato de gestão com essa meta tão elevada? Provavelmente não porque essa meta não vai ser atingida e se ela não for atingida, não tem o repasse de dinheiro. Então, o contrato de gestão que o Brasil não tem experiência sobre ele, a única experiência que tem até hoje, é em relação à rede Sara Kubitschek, que no ano de '95 recebeu mais dinheiro do Ministério de Saúde do que todos os Estados brasileiros com exceção de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e no entanto, tem 60% de ociosidade em seus serviços ambulatoriais, leito e centro cirúrgico. Se elevar o patamar do contrato de gestão eles não aceitarão, preferem trabalhar com ociosidade. Não é democrático, não será feita fiscalização por contrato de gestão. Se o conselho não for democraticamente eleito e escolhido. Esse fundo privado, anti-democrático, centralizado no Poder Executivo, não pode receber o nosso voto favorável de jeito nenhum.

O PARANAPREVIDÊNCIA ainda tem pecado, quando estabelece duas alíquotas de cobrança, 10% e 14%. Isso é contribuição previdenciária, não é imposto. no imposto a Constituição permite como sendo progressiva e não permite cobrança da contribuição, outra razão de sermos contra. A emenda constitucional nº 20 estabelece no seu Artigo 40, Parágrafo 14, que os estados

podem criar regime de previdência complementar àqueles que ganham acima de 1.200 reais, até 1.200 não é um sistema complementar. O Governo do Estado do Paraná está fazendo um sistema complementar sem ter um sistema próprio público de previdência. Isso fere a emenda constitucional nº 20, Artigo 40, Parágrafo 14. Não garante, também contrariando a Constituição, PARANAPREVIDÊNCIA, a isonomia entre ativos e inativos. Remete essa isonomia para cálculos atuariais. Um cidadão, um servidor que se aposenta vai para o cálculo atuarial.

Senhores, Deputados, diz o Secretário da Previdência, o Senhor Follador, que os fundos de previdências têm que ter um caráter de capitalização e solidário. O PARANAPREVIDÊNCIA não é solidário, é poupança individual, em nenhum artigo define ele como sendo solidário. E se ele for considerado como ele o é, de caráter em poupança individual, o cálculo atuarial feito pelo Governo do Estado, calculou qual a expectativa de vida para o servidor: 65 anos? 70 anos? Até aí está a responsabilidade do PARANAPREVIDÊNCIA. Após essa idade o aposentado e pensionistas passarão a receber do Erário Público.

Se o PARANAPREVIDÊNCIA privada tem como o estado solidário, porque ele o tem e já não o torna público desde o início. Se vier a falir o PARANAPREVIDÊNCIA, o responsável será o Governo do Estado. Por que fazemos uma entidade privada sem o controle democrático, a transparência de gestão? Por que fazê-la privada e não pública, se de todo o jeito o responsável é o Governo do Estado. A resposta é que não deve ter nenhuma preocupação na gestão e na administração, podendo ser feita de qualquer maneira. Como é um regime de capitalização, porém de previdência individual o Estado será solidário para o atendimento posterior desses aposentados.

Diz o Sr. Follador, que esse projeto vem de encontro a toda Legislação Federal. Em parte ela vem em parte não. Estabelece este projeto que os comissionados farão parte do PARANAPREVIDÊNCIA, bem como os Deputados e que os comissionados terão a sua previdência através de convênio assinado entre o governo do estado e o PARANAPREVIDÊNCIA. A Emenda Constitucional nº 40 remete os comissionados ao INSS e não à previdência funcional.

E o que vejo a maior preocupação não tem sido também com os comissionados e sim o atendimento da aposentadoria dos Deputados estaduais, daqui para a frente. Acho que todos nós, como Deputados, seja estadual ou federal, temos várias opções de previdência. Como a maioria é um grande defensor do sistema privado todos os bancos oferecem sistema privado de aposentadoria aberto, bastaria fazer esta opção, ou então, como autônomos, fazemos a opção do INSS, ou então, cada um de nós continuarmos pagando o mesmo que pagávamos antes de sermos deputados e não termos este privilégio de querer vê-lo garantido na lei que nós mesmos estamos



votando! Temos outros mecanismos que não o de votar em causa própria! O PARANAPREVIDÊNCIA, bem como a Emenda Constitucional nº 20, traz, no seu bojo, alguns indicativos. Quem ganha com estas reformas e quem perde? Só tem um segmento da sociedade que ganha, os banqueiros ao criar os fundos de previdência. Quem perde? Todos os trabalhadores do serviço público e privado do nosso país! Os que mais perdem são aqueles que começaram a trabalhar com 12, 13, 14 anos de idade. Aqui nas nossas galerias temos alguns professores e veja só, a Emenda aprovada, que agora o Governo do Estado também vai obedecer, porque está na Constituição, um professor que entrou na rede pública e está trabalhando há um ano, se ele for uma pessoa nova, com 18 anos, ele vai ter que trabalhar 40 anos para se aposentar. Estas são as reformas do governo federal e do Governo do Estado do Paraná que visa atender não o direito do trabalhador, não o direito de cidadania, visa atender os interesses do grande capital.

No Brasil, dentro de 10 anos poderemos ter um montante, nos fundos de previdência de cerca de 500 bilhões de dólares. Essas reformas, todas elas, vêm atender estes grandes banqueiros que terão, no curto espaço de 10 anos circulante no mercado brasileiro, 500 bilhões de dólares.

Para nós do Partido dos Trabalhadores, é inconcebível votar favorável a este tipo de projeto, por princípio somos contra este tipo de projeto! Somos favoráveis a fundos de previdências públicos, com gestão paritária, com gestão transparente e democrática mas não um fundo privado, fechado a "sete chaves" e sem controle! Todas as reformas feitas visam atender as exigências, como eu disse ontem, dos instrumentos do grande capital F.M.I. e Banco Mundial. Dizer que isso garante o direito do servidor é mentira. Um colega professor disse que poderíamos, a partir de hoje, decretar o 28 e 29 de dezembro como feriado nacional, e ser chamado de o "Dia do Sacrifício". Porque é para onde estão sendo conduzidos todos os servidores públicos do nosso estado. Estão sendo sacrificados. Nenhum terá aposentadoria digna a partir do PARANAPREVIDÊNCIA. Não porque desejo isso. Porque se constata ao ler o Projeto de Lei que para cá foi enviado. E se constata porque os interesses do Governador Jaime Lerner nunca foram os interesses da maioria desse Estado. Desde que assumiu o Estado do Paraná tem se posicionado contra os interesses do povo. Por todas as ações, seja na área da saúde, da educação, de transporte, de serviço público, na agricultura e na habitação, através da sua legislação e da ausência da democracia nos ambientes de trabalho. Explorado no seu salário quando recebe alguém dos seus direitos e até alguém das suas necessidades. E, agora receberão por esse projeto alguém do que merecem e do que têm como direito como inativos e pensionista desse Estado. Esse Governador é o "coveiro" do direito dos Servidores Públicos dos mais importante que por aqui tem passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Passamos ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PT. (Declina).

Liderança do PMDB. Concedo a palavra ao Deputado Antonio Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje, encerramento do ano, vamos votar uma matéria muito polêmica e que envolve todos os funcionários dessa Casa. Funcionalismo que nesses quatro anos não recebeu, por parte do governo, a atenção que merecem. E, hoje dia 29 de dezembro, ante-véspera do dia de alegria, dia 31 de dezembro, final do ano de 1998, os funcionários sem receber o pagamento. Constava que o pagamento seria dia 30 ou antecipado dia 29, e jogaram para o dia 30 como presente de final de ano ficou para o dia 31 de dezembro. Dia 31 os bancos trabalharão das nove às onze horas. Dia 1º é sexta-feira, 2 e 3 é final de semana e segunda-feira é feriado nacional. E os nossos funcionários vão passar o final do ano emitindo cheques por conta do governo ou por sua conta. É uma situação difícil o que nós Deputados vamos votar que é o fim da Instituição de Previdência. O PARANAPREVIDÊNCIA não sabemos o que significa, conhecemos parte do projeto, procuramos nos aprofundar, levamos à Liderança do Governo que recebeu com muita atenção as nossas reivindicações, pedimos ao relator designado pela Presidência da Casa que lê-se os jornais da atualidade, matérias como publicada na "Gazeta do Povo", de ontem e que o Ministro da Previdência depois de 03 (três) derrotas no Congresso Nacional. O Congresso Nacional, graças a Deus, tem independência, ainda tem certa independência. E o Congresso Nacional por três vezes chamado não se curvou a ditadura do Presidente Fernando Henrique. Nós aqui do Paraná tínhamos conseguido, com a ajuda dos nossos Deputados, com a promulgação de um Projeto nosso, através do Presidente Anibal Khury, promulgou uma Lei nossa aqui da Assembléia, que o Governador devolveu, depois de 15 dias, de analisar esta lei.

Acho até que devolveu com boa vontade, ele não quis sancionar o Projeto, mas devolveu à Presidência da Casa, e o Deputado Anibal Khury por aceitar as agruras dos funcionários aceitou promulgar a Emenda em que isentava do pagamento do IPE, os funcionários com mais de 70 anos de idade. Doze mil funcionários foram beneficiados e nesse Projeto, Senhores Deputados, nós, infelizmente, não conseguimos com que o nosso Relator aceitasse a nossa Emenda e infelizmente vamos comemorar o final de 98, previamente derrotados nesta Casa, porque infelizmente somos minoria.

Mas, Senhores Presidente e Senhores Deputados, o Ministro da Previdência deu uma entrevista à imprensa nacional e a "Gazeta do Povo" publica, segunda-feira, dia 28, a entrevista do Sr. Ministro, e ele cita que vai tentar

novamente apresentar este Projeto no decorrer do novo ano, do novo Congresso, tentando alguma abertura para ver se consegue, ainda, com que o Congresso dê parte daquilo que negou ao Governo Federal, não cobrando dos funcionários que ganham menos de 500 reais, o desconto aumentando a alíquota, aumentando o teto de 1.200 reais, para quem será cobrado até 20%.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, isentando também, nas palavras do Sr. Ministro e numa Medida Provisória ou num Anteprojeto de Lei que será enviado ao Congresso, isentando os maiores de 70 anos da contribuição da Previdência. Fizemos ver à Liderança que nos recebeu e afirmo, com muita boa vontade à assessoria do Secretário Folador, que até hoje, me desculpe, Sr. Presidente e Srs. Deputados, em 2 anos de cargo, de Secretaria, ele mandou este Projeto que está hoje, mais de 30 meses, e quer acabar com os "marajás" do serviço público estadual. Deveria o Governador extinguir esta Secretaria, porque não prestou serviço nenhum a esta Casa e nem ao Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, este Projeto PARANAPREVIDÊNCIA, cria mais de 20 ou 30 cargos de DAS que vai ganhar de 8 a 10 mil reais. O Governador acabou recentemente com os cargos de Delegado de Polícia, que ganhavam de 700 a 800 reais e vai instituir 20 ou 30 cargos, para gerir o Fundo de Previdência. Queríamos dar a nossa contribuição e aqui tem Emenda, Senhor Presidente, V. Exa que é um defensor do dinheiro público, e às vezes não remunera os funcionários desta Casa com os mesmos benefícios que o Governo remunera todos os órgãos do governo tanto o Executivo, como o Judiciário, como o Tribunal de Contas, como os Delegados de Polícia, como os Promotores de Justiça e em cima do funcionário pequenininho é que vem a paulada. Os nossos funcionários da Assembléia e todos os funcionários do Paraná irão descontar, além dos 1.200 que vão receber, mais 9 ou 10% além do seu salário. Quatro anos sem aumento, mas no quinto ano teremos um desconto maior e o salário ficará menor.

Por isso, Senhores Deputados, pedi aos Deputados, pedi ao Líder do Governo, pedi ao nosso Deputado Trevisan que esperássemos que o Governo Federal acertasse a previdência nacional e daí, já que é cópia porque eles vão copiar mesmo, copiem o Projeto do Governo. Mas vamos dar, ainda, 3, 4, 5 meses de esperança para aqueles que estão morrendo nos hospitais, que estão passando fome em suas casas, não podendo receber o seu salário no ano de 98 ou com as suas prestações atrasadas indo para o SEPROC a maioria dos funcionários. Sei que os da Assembléia nem talão de cheques podem ter, porque os salários são ínfimos, são irrisórios. Quando dos nossos vizinhos: tanto do Tribunal de Justiça, como do Palácio e do Tribunal de Contas os salários são uns baita salários.

Então, Sr. Presidente, faço um último apelo à V. Exa. e à Liderança do Governo. Sei que o Governador tem sensibilidade sim. Não vamos condenar o nosso funcionalismo antes que o Governo Federal o faça. Porque

vai ficar caro para o Governo, depois que o Governo Federal der concessões aos funcionários federais, nós por 6, 7 ou 8 meses de atraso, vamos reconhecer o erro cometido por esta Casa, Srs. Deputados. Nós, recentemente eleitos, temos obrigação de sentir o sentimento de cada um, de transmitir através da tribuna, através das nossas emendas e tenho 24 emendas para apresentar neste Projeto, peço que a Assembléia não se transforme em Comissão Geral e vamos analisar a vida desses homens e mulheres que fizeram do seu trabalho a esperança e o futuro de seus filhos e da sua família.

Senhor Presidente, vamos analisar as emendas. Vamos pensar. Não é matéria que tem que ser aprovada agora, como o IPVA. Temos a nossa convocação até o dia 16 de janeiro, podemos muito bem - como V. Exa. diz, que os Deputados vão ganhar 6 mil reais para votar isto aqui. Vamos prorrogar o pagamento dos 6 mil reais, que são 4.400 - pelo menos o meu - não sei se dos demais Deputados ou do Presidente é mais do que isto. Mas, vamos ficar até o dia 16 trabalhando, procurando. Se não houver alternativa vamos ceder. Mas acho que com um pouco de boa vontade faríamos com que os funcionários ainda, sem salário, virasse o ano de 98 para 99, com as orações pedindo que os Parlamentares e o Governo se iluminem para que não cometam este crime contra esta classe. Que possamos analisar melhor e no 99, que é um ano novo, um ano de esperança, um ano que auguramos melhores dias para todos nós, possamos fazer com que a Assembléia não cometa este crime que o Governo quer que façamos.

Obrigado e peço ao Sr. Presidente: vamos pensar melhor, vamos deixar para o ano que vem para não cometermos este grande crime contra esta pobre classe dos funcionários públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É com grande satisfação que apesar de toda a crise que assola os brasileiros e principalmente os Estados, apesar de todas as dificuldades porque passa o setor público do Estado do Paraná e todas as pregações de que o Estado do Paraná se encontra em dificuldades financeiras e as apostas das Oposições de que o Governo do Estado não conseguiria pagar o 13º salário dos servidores, que o Governo do Estado do Paraná não conseguiria pagar o salário dos servidores referente ao mês de dezembro, todas essas profecias não se concretizaram. Apesar de todas as dificuldades, mesmo não fazendo mão, não buscando aro, não buscando antecipação de receita orçamentária, mesmo não tendo o aporte, o empresário do Banco Nacional de Desenvolvimento Social ou qualquer outro tipo de empréstimo, graças a competência do Secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, o Governo do Estado do



Paraná honrou, em dia, o 13º salário dos servidores públicos. E hoje, ainda, estará creditando a folha de pagamento, referente ao mês de dezembro, de todos os servidores públicos, e ainda todos os aluguéis, todas as locações feitas pelo Governo do Estado do Paraná estão, a partir de hoje, religiosamente em dia. Isso devemos graças a competência administrativa e financeira do Secretário Giovani Gionédís, devemos também ao Governador Jaime Lerner por acreditar na competência do fisco do Estado do Paraná, dos funcionários da Secretaria da Fazenda e de toda a sua equipe.

E, por isso, Senhor Presidente Anibal Khury, quero propor aqui esse Requerimento com o Voto de Congratulação ao Secretário da Fazenda, extensivo a toda a sua equipe, ao Secretário Giovani Gionédís, por honrar todos os compromissos com os servidores públicos do Estado do Paraná; honrar os compromissos assumidos com as locações feitas pelo Estado do Paraná e ainda conseguir pagar outras dívidas dentro deste ano de 1998.

O Governador Jaime Lerner e o Secretário Giovani Gionédís estão de parabéns por propiciarem uma injeção de mais de quinhentos e vinte milhões de reais na economia do Estado do Paraná, nesse período, sem a necessidade de contrair empréstimos.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Só uma informação que gostaria que V. Exa. me prestasse, porque vejo que V. Exa. além de ser o Relator do Orçamento, por parte da Assembléia, conhece a realidade financeira do Estado do Paraná e o trabalho do Secretário da Fazenda, Sr. Giovani Gionédís.

Vossa Excelência podia me dizer, primeiro lugar: de onde veio o dinheiro emprestado para que o Estado pagasse o salário e o 13º, porque até hoje, faz oito meses, e estamos entrando com uma ação na justiça, porque o Estado do Paraná não publica a receita da Secretaria da Fazenda, da arrecadação de impostos e dos repasses do resto do Governo Federal para o Estado do Paraná. Sabemos que até a verba do Fundo Rotativo das escolas do Estado do Paraná está há três meses atrasado.

Vossa Excelência poderia me dizer de onde conseguiram o empréstimo para cobrir a folha de pagamento?

#### O SR. DURVAL AMARAL

Se a solução encontrada pelo Secretário da Fazenda, Giovani Gionédís, fosse uma antecipação de receita orçamentária ou qualquer tipo de empréstimo, com toda a certeza eu não estaria nesta tribuna fazendo uma homenagem e um voto de parabéns para o Secretário da Fazenda. Aí está a grande competência administrativa do secretário Giovani Gionédís. Não foi feito nenhum tipo de empréstimo, nem aro, antecipação de receita, nem empréstimo ponte no BNDS e todos os salários foram pagos, o 13º está sendo creditado, o salário do mês de dezembro sem a necessidade de nenhum empréstimo.

Por isso, nobre companheiro Deputado Ângelo Vanhoni, é que nós estamos ressaltando aqui a competên-

cia administrativa do Secretário Giovani Gionédís. Não houve, em hipótese alguma, nenhum empréstimo para que pudesse fazer, aí sim o aporte para o pagamento dos salários e do 13º. É graças exclusivamente a competência administrativa do Secretário da Fazenda e de toda a sua equipe que viabilizaram os recursos para o pagamento do salário do funcionalismo público estadual. Era isso, Senhor Presidente, muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu até concordo com o Deputado Durval Amaral em relação ao pagamento do funcionalismo, o Giovani é o meu particular amigo, mas tenho que pedir socorro ao Líder do meu Governo, Deputado Valdir Rossoni e ao Líder da Assembléia Legislativa, porque tenho uma emenda importantíssima para a Santa Casa de Misericórdia de Londrina e uma outra emenda para terminar o Córrego da Verdade em Cambé, onde lá nós estamos construindo centros de convivência para os idosos.

Os Senhores não conhecem a minha terra: o asfalto divide Londrina a Cambé e nas proximidades do Jardim Novo Bandeirantes, consegui um milhão e meio de reais para que ali fossem construídos vários centros de convivência e uma área de recreação, uma das mais modernas do Norte do Paraná.

Além disso estou contando com a ajuda do Líder do Governo para que seja repassada à Santa Casa de Misericórdia de Londrina mais um milhão e meio de reais. O Deputado Valdir Rossoni, como sempre, compreensivo, analisando o meu pedido, levou ao Secretário da Fazenda e ele já está estudando o repasse para a Santa Casa de Misericórdia de Londrina, mas eu não diria só ela, eu diria a tantas outras casas de misericórdia que nós temos no Estado do Paraná, que estão passando por problemas gravíssimos e uma série de outras emendas. Isso aqui fica como um desabafo e não como uma crítica.

Vejo muito se aplicar no esporte. Por exemplo, sei que o REXONA trouxe glórias ao Estado do Paraná. Sei que estão se formando escolinhas de basquete e de vôlei na Capital do Estado.

Gostaria de deixar registrado, que devo conseguir nessa semana com a ajuda desse parlamento e com o Deputado Valdir, uma verba para o melhor time de futebol de salão do Estado do Paraná que é o do Grêmio Recreativo e Literário Londrinense, que por causa de cento e cinquenta mil reais, em cinco parcelas de trinta mil reais, ele não pode participar do campeonato mundial da liga mundial de futebol de salão.

Não podemos nos esquecer das emendas que nós temos de conseguir para que os nossos municípios possam continuar a reerguer as obras que é de fundamental

importância à população de cada município no Estado do Paraná.

Parabenizo o Deputado Durval Amaral. Quero agradecer o meu Líder Valdir Rossoni e o Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, pelos esforços que V. Exas. têm feito para que nós possamos conseguir resgatar essas emendas e possamos trazer o Prefeito de Cambé, a Irmandade da Santa Casa de Londrina, o diretor do grêmio e de tantas outras Emendas, por exemplo, em Londrina, nós temos uma Emenda para construção de cinco centros de convivência, de seus módulos policiais. Porque o Belinati subiu no palanque e prometia e dizia que ia resolver o problema, então o problema eu tive que resolver... Na Emenda com o dinheiro e praticamente o dinheiro já está liberado e nós temos que fazer este repasse ao Prefeito de Londrina para que os módulos policiais sejam construídos, principalmente nos bairros onde foram solicitados.

Agradeço a V.Exa., Deputado Valdir Rossoni, agradeço a V.Exa., meu líder maior, Deputado Anibal Khury, e tenho certeza que S.Exa. o Sr. Secretário da Fazenda, Giovanni Gionédís, irá liberar as verbas, não só as minhas mas de todos os Senhores Parlamentares, porque o Paraná é um só e não pode parar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há mais oradores inscritos no Horário das Lideranças está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 043/98, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva transformar a atual autarquia Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, de que tratam as Leis nºs 6.517/74, 6.636/74 e 11.027/94, em Coordenação das regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP, mantida sua condição de entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado, com os votos contrários da Bancada do PT e PMDB.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

### ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/98, que cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, transforma o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, e dá outras providências. **COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. em Avulso, em 09.11.98)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 442/98

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 50/98, que cria o Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo Anexo.

Sala das Comissões, em 29.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EDUARDO TREVISAN - Relator

#### Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, o Deputado Florisvaldo Fier já fez uso da palavra, em nome da Bancada do PT, no Grande Expediente, expondo as razões pelas quais o nosso partido vai votar contra este projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo.

As palavras do Deputado Durval Amaral, acho que são relevantes. Relevantes para demonstrar, ao conjunto da Assembléia Legislativa, o risco que este Poder Legislativo toma ao aceitar a votação desse projeto da forma como ele está colocado para apreciação dos Srs. Deputados.

Digo que as palavras do Deputado Durval Amaral são emblemáticas porque em muitos anos de história da administração pública, no Estado do Paraná, talvez pela primeira vez, Deputados que apóiam o Governo do Estado têm que subir à tribuna para, no penúltimo dia do ano, justificar e elogiar o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná por pagar os salários dos servidores. Não é preciso elogio a nenhum Secretário por pagar salário de servidor! Esta é uma obrigação que qualquer Secretário deve cumprir, à frente da sua Secretaria. Mas é emblemática a fala e o elogio feito por um representante da Bancada que defende o Governo do Estado, nesta Assembléia, porque demonstra a fragilidade em que vivem as finanças no Estado do Paraná, na condução do

Governo Jaime Lerner. Uma fragilidade absoluta, uma fragilidade abissal!

E neste momento vamos votar um projeto que coloca em risco a vida de 180 mil servidores que não serviram ao Governo do PMDB nem ao Governo do PDS e nem tão pouco ao Governo do Sr. Jaime Lerner. Mas, prestaram, serviços públicos na área da saúde, da educação, do desenvolvimento econômico, desenvolvimento da agricultura do Estado do Paraná ao longo desses 20, 30 e 40 anos. São servidores da democracia, do estado de direito e de políticas públicas para o povo do Paraná. O Governo está falido. Não tenho dúvidas, quando venderem as ações da COPEL, da forma como está o PARANAPREVIDÊNCIA, sendo uma entidade privada. Sei que as palavras de certa maneira podem ofender, no bom sentido, mas a realidade precisa ser dita. Ela dói porque tem ressonância com o real. O Líder do Governo e a Bancada da Situação sabem o risco que o Governo passa. E os Servidores Públicos do Estado do Paraná têm um receio, que é um receio compartilhado pela Bancada de Oposição que, da forma como está consubstanciado, o PARANAPREVIDÊNCIA, com a gestão por parte do Secretário de Finanças, do Secretariado do Governo, não haverá nenhum prurido por parte do Governo que, faltando um centavo ou milhões de centavos para pagar qualquer empreiteira, ou para cobrir obrigações do Governo, muitas vezes irresponsáveis do ponto de vista administrativo, como os 400 milhões destinados a verbas de propaganda nesses últimos quatro anos, sacarão o dinheiro destinado à previdência e deixarão o futuro de milhares e milhares de homens que se dedicaram para prestar serviço ao povo do Paraná sem nenhum centavo no seu fundo. Não tenho receio que isso vai acontecer. Pelo contrário, tenho quase certeza. A forma como o Governo Jaime Lerner gera as finanças do povo do Paraná, uma forma irresponsável que compromete o futuro do povo do Paraná. Por isso a Bancada do PT não somente votará contra, mas como identificou vários elementos de inconstitucionalidade nesse projeto de lei, tão logo seja sancionado pelo Governador, publicado no "Diário Oficial", não nos restará outra alternativa. Será uma dura batalha, sabemos disso e sabemos da influência do Poder Executivo, mas vamos até as últimas instâncias da justiça para cancelar esse projeto de lei

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna para fazer uma explanação do nosso relatório ao projeto do PARANAPREVIDÊNCIA que foi encaminhado a esta Casa pelo Governo do Estado do Paraná há mais de 2 meses. Oportunidade da qual fui designado Relator da proposta e, a partir de então iniciamos um processo de discussão da proposta com todos os

setores interessados. Como o PARANAPREVIDÊNCIA é um sistema de seguridade funcional obrigatório de todos os servidores públicos do Paraná e de todos os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive Ministério Público, Tribunal de Contas e as Instituições de Ensino Superior, tomei a iniciativa de encaminhar uma correspondência a todos esses integrantes interessados me colocando à disposição para podermos discutir a proposta e buscarmos sim, a partir daquela oportunidade, alterações que pudessem melhorar ainda mais a proposta. No meu modo de entender, respeitando as posições divergentes, até porque vivemos num regime democrático, a proposta foi elaborada pelo Governo do Estado durante mais de dois anos.

Portanto, ao chegar a esta Casa já estava por demais bem elaborada, ainda que sobre ela pesem algumas divergências de caráter ideológico. A partir de então abri as portas do meu gabinete, fiquei à disposição para aqueles interessados para que me convidassem para participar de discussões e assim se procedeu. Recebi em meu gabinete o Sindicato representativo dos Servidores, separadamente e em conjunto representados pelo fórum das entidades sindicais. Estive nos outros Poderes do Estado, conversando com os órgãos de direção fui a cidades do interior, como Londrina, porque fui convidado a participar de um conjunto de debates na sede do IPE, onde lá recebi e participei de discussões com os próprios Servidores do IPE, que vivem um situação especial e peculiar no projeto, como também Servidores da Universidade Estadual de Londrina, Servidores do Quadro Geral, das autarquias e assim por diante. Posso dizer que foi período bastante enriquecedor, período do qual eu próprio aprendi um pouco mais de Previdência, pude captar as manifestações de preocupação de Servidores Públicos do Estado do Paraná. Aqueles servidores todos que pertencem aos seus Sindicatos, legitimamente, que os representam, mas que têm preocupações próprias no seu cotidiano. Posso dizer aos senhores com toda a certeza: os servidores regra geral, em todas as reuniões em que eu participei manifestavam apoio na criação de um Instituto de Previdência e entendiam a necessidade da criação desse Instituto de previdência funcional. E as duas grandes preocupações que eu pude captar dos Servidores Públicos, não são de ordem ideológica. Digo ordem ideológica, respeitando as posições, porque nós sabemos que na nossa sociedade, de acordo com a formação intelectual, doutrinária, meio de convivência da cada cidadão, de cada homem público, ele constrói a sua trajetória, mais a esquerda, mais a direita, mais ao centro, e de acordo com essa posição ele se manifesta entendendo que uma Instituição Pública, representa melhores interesses públicos e que uma instituição privada deve cuidar apenas de interesses privados, de setores específicos à sociedade.

Mas fora estas questões ideológicas, há uma manifestação muito clara do servidor e que posso resumir em duas questões. Em todas as reuniões em que eu participei, o servidor me perguntava:

Quem me garante que o Estado vai repassar a sua contrapartida de contribuição previdenciária?

Quem me garante que o Instituto de Previdência a ser criado nesta oportunidade no futuro não vai ser extinto por qualquer Governo, e ter o seu patrimônio incorporado ao Tesouro do Estado, como já aconteceu?

Respeitado as peculiaridades da época e as condições especiais, e a partir do corpo do PARANAPREVIDÊNCIA, enviado a esta Casa, mantendo o seu espírito principal, procurei introduzir modificações que contemplassem as aspirações dos setores envolvidos e ao mesmo tempo dessem a garantia ao Servidor Público de que essas duas preocupações teriam uma atenção muito especial por parte não só desse relator, mas por parte também, do Parlamento do Estado do Paraná.

A necessidade da criação de um Instituto de Previdência Funcional, já abordei naquela reunião da CCJ, fui até questionado por alguns companheiros de maneira muito cordial, de que me estendi demais, então aqui vou dar uma compilação daquilo que falei.

Historicamente todos têm acompanhado a evolução das despesas do Estado com o pagamento de pessoal. Se há tempos atrás havia uma correlação, por exemplo, de 7 servidores em atividades por um em inatividade, essa relação hoje está próxima e quase perto de 2 servidores em atividade, para 01 servidor em inatividade. Isso representa que nós temos um conjunto muito grande de passivo de servidores em inatividade que representam um passivo previdenciário muito grande para ser suportado pelos cofres públicos, e é o que vem acontecendo hoje. Sabemos que todo o servidor tem descontado 10% do seu salário a título previdenciário, o Estado utiliza esses desconto como receita própria e gasta mês a mês nas suas múltiplas atividades. Não se constrói poupança não se fez poupança para fazer frente a esse passivo previdenciário enorme, e nós chegamos a situação atual em que o Estado compromete por volta de 80% de todas as suas receitas correntes líquidas com o pagamento de pessoal, incluindo ativos, inativos e pensionistas. E desta folha representa 80% das receitas correntes líquidas, perto de 37% é para pagamento de benefícios dos inativos e pensionistas. Essa situação é dramática e a permanecer esse estado de coisa, mesmo que o Estado não aumente o seu número de servidores em atividade ocorre o processo natural de aposentadorias de servidores que ocupam funções essenciais, na administração pública, como um professor, um policial militar, que ao ir para a inatividade implementando as condições que não são estabelecidas pelo PARANAPREVIDÊNCIA, mas pela Constituição Federal, ele continua recebendo benefícios integral e no seu lugar há necessidade de se repor um, servidor público, um policial militar para cumprir as suas funções de policiamento, um professor para transmitir educação e conhecimento às nossas crianças e o servidor do Quadro Geral e Administrativo e assim por diante, e essa bomba armada, pronta para explodir a qualquer momento, está aí perante nós. É possível afirmarmos que a permanecer a atual situação sem que se tome uma providência con-

creta, uma providência enérgica, eficiente, dentro de cinco ou seis anos, o Estado do Paraná pode estar gastando toda a sua receita corrente líquida para pagamento de pessoal e assim o Estado se tornaria um Estado absolutamente incapaz de prestar serviços à nossa sociedade.

O que se propõe com a criação desse Instituto de Previdência com o mecanismo nele proposto, é fazer uma conta do passivo previdenciário existente, atual, que representa o passado, para o qual não foi feito poupança e também, fazer um cálculo do passivo previdenciário futuro daqui a 50 anos e estabelecer essa conta, porque não dá mais para brincar de fazer previdência. Acho que tem que ter a garantia do benefício, mas a respectiva fonte de custeio, porque se não tem o custeio, o benefício é custeado pelo imposto que toda sociedade paga e assim foi feito. Para satisfazer o passivo previdenciário passado, foi criado um Fundo Financeiro que será alimentado pela venda de ativos, como COPEL, autorizada por esta Assembléia a ser privatizada e gravados que os 70% dos recursos obtidos por essa privatização serão destinados ao Fundo Financeiro.

O Fundo Previdenciário começa no primeiro momento apenas a ser alimentado pelas contribuições previdenciárias. Esse Fundo Previdenciário vai cuidar do passivo previdenciário presente ou de mais alguns anos, dali para frente. São os dois Fundos de natureza previdenciária do PARANAPREVIDÊNCIA. O Fundo de Saúde vai cuidar do atendimento médico, hospitalar, na maneira de seguro de saúde privado a todos os servidores públicos também, levando em conta a necessária fonte de custeio das contribuições dos servidores e a contrapartida do Estado. O servidor, ao ver a proposta de criação de um Fundo de Saúde, ele manifesta a grande preocupação pelo exemplo que ele tem do IPE. O IPE, cujo nome é Instituto de Previdência do Estado, com o passar dos anos, ele se resumiu à prestação de um atendimento médico-hospitalar insuficiente aos servidores e também ao pagamento das pensionistas, das viúvas do IPE. Apenas a folha de pagamento repasse de recursos. Então essa mistura de previdência com assistência médico-hospitalar realmente provocou uma confusão, levou o IPE a uma situação pré-falimentar. Na verdade, sobrevive do repasse mensal de recursos do Tesouro do Estado.

O PARANAPREVIDÊNCIA distingue muito bem o que é contribuição previdenciária e o que é contribuição para atendimento médico-hospitalar. Então essas afirmações de ordem financeira, econômica que fazem uma análise da situação econômica do Estado, justificaria por si só a necessidade da criação de um fundo previdenciário. Mas além dessas argumentações existem as imposições de Ordem legal. Tanto constitucional como de legislação complementar que regulamentam pontos da Constituição.

Vocês sabem que a emenda constitucional nº 20, aprovada e sancionada e já incorporada ao texto da nossa Constituição estabelece a necessidade de criação de fundos previdenciários, ao afirmar que aos servidores titulares, aqueles efetivos que pertencem ao quadro próprio da

União, Estados e Municípios é assegurado o regime previdenciário de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio atuarial e financeiro deste Instituto. Respeitadas as demais disposições. E há uma confusão ao se afirmar que o benefício do servidor ao ler este texto constitucional e a legislação complementar que o regulamenta, de afirmar que o benefício do servidor ficaria sujeito ao cálculo atuarial. Isso é uma confusão muito grande de quem não leu com atenção a proposta de emenda constitucional e a legislação complementar que regulamenta o dispositivo da Carta Magna.

O texto constitucional ele coloca de maneira muito clara os direitos dos servidores ao benefício integral, os requisitos de idade e tempo de serviço do atual servidor e os requisitos de idade e tempo de contribuição do novo servidor. O PARANAPREVIDÊNCIA não cuida de discutir essas disposições do texto constitucional. Isso são direitos plenamente assegurados pela Constituição. O que o PARANAPREVIDÊNCIA é uma poupança que será formada pela venda de ativos, pelas contribuições previdenciárias e que vai cuidar do sistema previdenciário e do atendimento médico-hospitalar aos servidores públicos.

Todos os direitos, benefícios são assegurados pela Constituição. A referência ao cálculo atuarial diz respeito à saúde financeira do Instituto, mas o direito do benefício é integral e foi reforçado pela emenda 20 e por toda legislação complementar que o regulamenta. Então o servidor não tem que ter preocupação de espécie alguma a respeito das afirmações que foram, até, aqui formuladas por alguns parlamentares e algumas afirmações feitas na Imprensa. O direito do servidor é assegurado, inclusive o seu passado previdenciário. O servidor teve descontado os 10% a título de contribuição previdenciária ainda que essa contribuição não tenha recebido a contrapartida e ainda que a soma dessas contribuições não tenham sido para formação de poupança. Isso foi dizimado, Mas o Estado assume o passado previdenciário e respeita o tempo de contribuição passado do servidor e garante o direito da aposentadoria nos termos estabelecidos pela Constituição Federal. Então não há nenhuma preocupação do servidor ao ler o texto do PARANAPREVIDÊNCIA e imaginar que ele pode ser agredido ou ofendido num direito constitucionalmente estabelecido.

No meu trabalho de apresentação de relatório do PARANAPREVIDÊNCIA procurei acompanhar, também, os acontecimentos a nível nacional. O Deputado Annibelli subiu à Tribuna para fazer referência o que vem ocorrendo no Congresso Nacional a respeito da proposta ou do desejo do Governo Federal de aumentar, de majorar a alíquota de contribuição do seu servidor ativo e estender a cobrança de contribuição do servidor federal inativo. Hoje o servidor federal inativo não faz nenhuma espécie de contribuição previdenciária. E o Governo Federal nessa sua necessidade de ajuste fiscal, enviou essa proposta. E ela foi por mais de uma vez rejeitada

pelo Congresso Nacional. Isto, na verdade, representa que o ajuste fiscal que o Governo Federal precisa fazer, ele não vai ser feito na totalidade e esse déficit previdenciário que o Governo Federal vai suportar, ele vai ser coberto pelos impostos que todos nós pagamos.

E não há, e era importante que todos os Deputados tivessem uma consciência muito clara disso, não há nenhuma correlação entre o que acontece lá a respeito do servidor público federal e o que acontece aqui para o servidor público estadual.

O texto da Lei 9.717 que regulamenta dispositivos constitucionais e que trata da instituição de regimes próprios de previdência para a União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios o que ele quer dizer em resumo é o seguinte: Eu dou os limites para cada unidade da federação e cada município estabelece o seu regime próprio e o seu instituto previdenciário. Cada um sabe do seu passivo previdenciário, cada um estabelece as fontes de custeio necessárias para fazer frente a esse passivo previdenciário. E o Estado do Paraná tem que cuidar do seu, se o Governo Federal não consegue no Congresso Nacional é um problema de todos nós, porque vai ser coberto pelos impostos que todos pagamos.

Essas considerações iniciais gostaria de fazer para poder entrar na questão das alterações que foram propostas por este relator, que já foram aprovadas na sua constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça e que pretendo apresentar aqui, agora, aos nossos companheiros Deputados Estaduais, para que tenham conhecimento de tudo aquilo que nós propusemos no sentido de melhorar a proposta enviada pelo Governo do Estado do Paraná.

Ainda para fazer algumas explicações a respeito do que foi afirmado, alegações sobre algumas inconstitucionalidades do Projeto PARANAPREVIDÊNCIA, posso afirmar aos senhores o seguinte: O PARANAPREVIDÊNCIA é absolutamente constitucional, respeita a Reforma Constitucional, resultado tanto da Emenda 19 como da Emenda 20 e respeita a legislação complementar que regulamentou esses dispositivos.

Quando se afirma que é proibido a cobrança de alíquota previdenciária diferenciada do servidor, isso é resultado, na verdade de uma leitura não atenta da Emenda Constitucional nº 19, que estabelece de maneira muito clara a possibilidade dessa cobrança diferenciada de contribuição previdenciária, até respeitando um princípio universal de justiça tributária. Ainda que a contribuição previdência não seja o imposto o princípio que rege o sistema tributário de cobrar, de quem tem mais, de cobrar menos, de quem tem menos é um princípio universal de justiça social que transcende o sistema tributário e se impõe a todos os regimes impostos pela administração pública para a sociedade para estabelecer, realmente, essa justiça social e, a princípio universal, imposto em todos os países.

Gostaria de ler aos senhores Deputados essa possibilidade inserida no texto constitucional pelas reformas

apresentadas: A Emenda 20, já incorporada ao texto da Constituição, do capítulo da seguridade social e que fala de previdência, assistência e saúde, ela estabelece que as contribuições sociais, isso é texto constitucional, as contribuições sociais previstas no Artigo 1º desse Artigo, de forma genérica, previdência, assistência social e assistência médica poderão ter alíquotas ou bases de cálculos diferenciadas em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra. É o capítulo da Constituição que fala da Previdência Social e estabelece essa possibilidade de contribuição diferenciada dos servidores, até respeitando esse princípio universal da justiça tributária e contributiva, de que se deve cobrar de quem tem mais ou de quem percebe mais e menos de quem tem menos para se estabelecer a justiça.

Entrando no mérito do projeto: prevê um gerenciamento do sistema PARANAPREVIDÊNCIA através de um Conselho de Administração órgão normativo e deliberativo de gerenciamento das diretorias e do conselho fiscal, um órgão de acompanhamento fiscal e de auditoria independente, que irá acompanhar as contas do PARANAPREVIDÊNCIA. Na proposta original vinda do Governo do Estado na composição do conselho de administração estavam previstos oito membros, mais um presidente, até para critério de desempate. Esses oito membros eram indicados em parte pelo Governador, pelo Secretário da Administração, pela Associação dos Fundos de Pensão, pela Assembléia Legislativa, pelo Tribunal de Justiça, segurados ativos e inativos.

Nós, ouvindo os vários setores interessados, promovemos algumas alterações nessa composição do conselho de administração, procurando torná-lo mais democrático, seguro e perene. A primeira alteração é a do mandato dos gestores. O projeto original, no seu Artigo 6º previa um mandato de quatro anos para os membros dos conselhos, tanto de administração como fiscal. Nós procuramos dar uma característica de maior perenidade a esse conselho, até porque os integrantes dele terão que se adaptar e conhecer a estrutura, assumindo uma posição de altíssima responsabilidade. O mandato de quatro anos ficava muito parecido com o de um governador. E, como o PARANAPREVIDÊNCIA não vai pertencer a um ou a dois governadores, é um patrimônio da sociedade do Paraná, nós estendemos esse mandato de quatro anos para seis anos para poder deixar bem claro e garantir essa característica de perenidade. Essa foi a primeira alteração que se fez a respeito do mandato dos membros do conselho de administração e fiscal.

Outra questão abordada que eu considero importante é a das responsabilidades que pesam sobre o dirigente de um órgão previdenciário, como o PARANAPREVIDÊNCIA. No projeto original, dizia apenas que os diretores, presidentes e conselheiros são pessoalmente responsáveis pelos atos lesivos que praticarem, com dolo, dissídio ou fraude. Procuramos dar uma redação mais contundente para deixar bem claro a grande responsabilidade que pesa sobre os gestores desses fun-

dos. Estabelecemos no texto da lei, que os diretores, presidentes de conselho e conselheiros serão civil e criminalmente de forma pessoal e solidária responsáveis pelos atos lesivos que praticarem com dolo, dissídio ou fraude, aplicando-lhes no que couber o disposto no Artigo 8º, da Lei Federal 9717, que é essa que regulamentou a reforma previdenciária e em seu texto afirma, que os dirigentes de órgãos ou de entidades gestoras de regimes próprios ou de previdência bem como os membros dos conselhos respondem diretamente por infrações dispostas nesta lei, que aborda as grandes responsabilidades, sujeitando-se no que couber ao regime repressivo da Lei nº 6435 de 1977. É uma lei antiga que disciplinava o funcionamento de fundos privados de previdência. Nela existe um capítulo específico que fala do regime repressivo e impõe pesadas penalidades, desde a advertência, suspensão, multa ou responsabilização civil e até patrimonial com possibilidade de prisão dos responsáveis. Quando se fala dolo, a intenção é de cometer um ato exíguo. Quando se fala de dissídio, é omissão, desleixo, é agir de maneira descompromissada. Equivale dizer a esses dirigentes do fundo uma vez constatado o não repasse da contribuição previdenciária do Estado, ficarem quietos, o que acontece normalmente quando um fundo é público, porque é uma autarquia pública, que administra o regime previdenciário, ela está embaixo do braço do Governador. O Governador nomeia, demite, tira dinheiro, põe dinheiro, como tradicionalmente nós acompanhamos na História brasileira. E é por isso que tenho a convicção em afirmar, respeitadas as posições ideológicas, que a grande virtude deste fundo é ele ter a natureza jurídica privada. É a grande virtude porque ele não se coloca embaixo do braço de um Governador que eventualmente ocupe o mandato no Palácio Iguaçu. Ele se coloca ente de cooperação que age em cooperação, por um contrato de gestão com o Estado, mas sob aquele gestor, uma vez nomeado, mesmo que sejam pelo Governador, ele tem um mandato a cumprir e não pode ser destituído como pode um dirigente de uma autarquia pública. Ele tem mandato e só pode ser destituído uma vez tendo praticado as infrações previstas em lei. E uma vez nomeado e tendo mandato a cumprir sobre ele pesam severas responsabilidades que ele vai ter que cumprir uma vez que assumiu.

Se ele constatar, ou até por provocação de qualquer um dos membros do Conselho, um não repasse, por exemplo, estou dando um exemplo que é motivo de preocupação dos servidores, um não repasse da contribuição previdenciária, por parte do Estado, ele tem que agir com rigor e vou mostrar o dispositivo legal que o suporta. Ao agir assim ele tem que agir judicialmente para garantir o sequestro dos recursos necessários para cumprir a contrapartida previdenciária patronal, que seria a parte do Estado.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Trevisan, é neste ponto que gostaria de arguí-lo, para que V.Exa. não passe a um outro ponto.



Em primeiro lugar gostaria de dizer que tenho uma profunda admiração pelo seu trabalho como parlamentar, aqui, estes 4 anos. Mas não posso compreender como V.Exa. de certa maneira benevolente nas crenças que deposita em certas palavras e em alguns textos emanados do Poder Executivo. V.Exa. conhece o sistema previdenciário brasileiro, conhece até a legislação da punição dos gestores de fundos de pensão, de complementação de aposentadoria da iniciativa privada de 77. Teve a preocupação de colocar no texto da Lei, emanada do Poder Executivo, os dispositivos para inibir a ação por parte do Estado, quanto a repasse, quanto a má gestão, quanto a desvelos por parte dos gestores.

V.Exa. sabe o que aconteceu com o sistema previdenciário brasileiro, sabe de onde vieram os recursos para a construção de algumas obras faraônicas, durante estes últimos 30 anos, como o metrô do Rio de Janeiro, as ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, como a Itaipu? Vieram exatamente da burla da legislação que V.Exa. está citando agora! Sistemáticamente, ano após ano, dia após dia, a previdência brasileira, os trabalhadores tiveram os seus descontos, os empresários depositaram e o Governo Federal desviou, sistemáticamente, os recursos, falindo a previdência de milhares e milhares de brasileiros.

Não sei qual é a legislação que V.Exa. se refere que possa inibir o atual Governador, que nós já temos uma experiência de 4 anos de como geriu as finanças do Estado do Paraná, vai nomear um gestor de um fundo de previdência que vai ter, praticamente, quase dois milhões de reais para investimentos, não estamos falando de recursos provenientes das cobranças de funcionários públicos, mas estamos falando daquilo que foi aprovado com a privatização das ações da COPEL, então V.Exa. acredita, em sua consciência, que o Governador Jaime Lerner vai nomear um gestor e este gestor vai ter a coragem, a dignidade de colocar os bens do Estado e se insurgir contra o Governador que o nomeou? Em nome e na defesa dos interesses dos trabalhadores? De onde vem esta crença, Deputado Eduardo Trevisan?

**(Toca a campainha)**

**O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)**

Deputado Vanhoni, só peço a V.Exa. que seja breve porque vou conceder ao Deputado Trevisan apenas mais cinco minutos para concluir o encaminhamento do relator. Quero que V.Exa. conclua o seu aparte.

**O Sr. Ângelo Vanhoni**

Obrigado pela sua observação, Deputado em exercício na Presidência da Assembléia Deputado Luiz Claudio Romanelli. Além de outras variantes de questionamento sobre a constituição desse fundo esta é uma questão central. Não há nenhuma garantia de quem vai gerir esse fundo. Que os recursos sejam utilizados exatamente para os fins que Vossa Excelência justificou no início de sua fala: "que o Estado faça uma poupança e

que os Servidores Públicos tenham uma garantia de que no futuro terão, tanto a previdência do ponto de vista do complemento das suas aposentadorias, quanto do ponto de vista da satisfação das suas necessidades na área da saúde."

Pelo contrário, o fundo de previdência que Vossa Excelência está defendendo é exatamente aquele que o conjunto dos trabalhadores, dos Servidores Públicos, no Brasil inteiro, vem lutando contra sistematicamente nesses últimos anos. Essa legislação é uma legislação típica de regimes autoritários. Típicos de países de 3º mundo que ainda não entenderam que, para que possamos ter um lugar onde a cidadania, o respeito ao direito do cidadão seja preservado é necessário que o Estado perceba que ele é co-partícipe junto com a sociedade civil na construção de uma sociedade democrática. Vossa Excelência não dá uma única garantia que os recursos desse fundo não sejam manipulados pelo Governador de plantão colocando as verbas dos trabalhadores do Estado embaixo do braço e fazendo o que bem entender. Não tem uma única garantia no seu projeto.

Muito obrigado.

**O Sr. Luiz Claudio Romanelli**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vossa Excelência está nessa tribuna falando sobre um tema que, certamente, decorou um manual de previdência privada. Deve ter sido treinado pelos fundos de previdência privada do Brasil e dessa tribuna presta um deserviço ao Paraná, porque V.Exa. está decorando um tema, declamando um texto que, certamente, não foi Vossa Excelência que escreveu. Vossa Excelência deveria descer aos detalhes das questões que estão ocorrendo. Darei um exemplo. A direção do IPE está chamando os dentistas e dizendo que vão acabar com o serviço dentário do Estado. Vão demitir os dentistas que prestam serviços ao IPE. Nós não estamos discutindo aqui um tratado de previdência privada. Estamos falando da vida de pessoas que têm dor de dente e precisam ir ao dentista e só podem ir ao dentista se tiverem dentista no IPE. Não há outra alternativa. Não estamos falando aqui da Bélgica, da Suíça, da França. Vossa Excelência fala como se estivéssemos vivendo em algum lugar fora do Brasil e do Paraná. Vossa Excelência se fosse discorrer sobre 36 temas e não responder as questões essenciais, francamente, Vossa Excelência presta um grande deserviço, não só de relatar, mas de encaminhar dessa forma descabida um projeto que deveria merecer dessa Casa uma profunda análise e discussão. Pergunto: Como fica o serviço dentário do IPE?

**O SR. EDUARDO TREVISAN**

Quero agradecer o simpático aparte do amigo Romanelli que, ao tentar abordar o projeto acaba atacando pessoalmente o relator. Mas relevo porque mantivemos quatro anos de bom relacionamento e vamos continuar sendo amigos, independente da sua maneira de se manifestar.

Deputado Luiz Claudio Romanelli, se eu tivesse a oportunidade de continuar fazendo as explicações iria responder as perguntas do Deputado Ângelo Vanhoni e a sua pergunta. Queria apenas consultar o Deputado Anibal Khury para poder me planejar. Iria demorar para poder explicar cada uma das mudanças.

Não vou conceder mais apartes para poder terminar a apresentação das mudanças por nós propostas, só queria consultar Vossa Excelência, de mais ou menos, qual é o tempo que tenho para poder concluir?

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A matéria é importante, Vossa Excelência é o relator terá o tempo necessário para dar as explicações aos Srs. Deputados.

#### O SR. EDUARDO TREVISAN

Caros amigos, me coloco ao final à disposição, vou assegurar aos Deputados, que vou me apressar aqui para poder prestar os esclarecimentos a todos os Deputados.

Falei na verdade na questão da composição do Conselho, falei do mandato, que foi alterado, falei dos aumentos das responsabilidades. Evidentemente, as respostas, as indagações do Deputado Vanhoni vão ser respondidas na medida em que a gente avance nos pontos do projeto.

Falei na composição do Conselho que inicialmente estavam previstos 8 membros, mais o presidente, completando 9 cumprindo o critério do desempate, nós estamos propondo a inclusão de um representante da Polícia Militar a ser indicado pelo Governador. Porque a Polícia Militar como equiparada aos militares federais, eles têm uma situação peculiar, eles não estão fora, eles não têm vantagens, privilégios específicos. Só que o militar não é da ativa ou da inativa, ele é um militar, depois ele é da reserva remunerada, depois ele é reformado e essas questões específicas precisam ser respeitadas. Por isso, foi incluído um militar no Conselho de Administração, e incluímos também um representante do Ministério Público, como uma Instituição que se mostra cada vez mais presente na vida da nossa sociedade, como uma defensora da Ordem Jurídica, do Ordenamento Legal, defensora da sociedade, do Patrimônio Público, do Meio Ambiente, enfim de tudo aquilo que diz interesse, como também aos interesses dos Servidores Públicos.

Outra alteração proposta no conselho de Administração é o fim da "lista sêxtupla" para indicação dos representantes dos serviços ativos e inativos. O Projeto inicial dizia que os servidores, segundo a regulamentação a ser expedida pela Secretaria da Administração, eles indicariam uma lista sêxtupla que o Governador indicaria. Nós colocamos fim a esta lista sêxtupla, o indicado dos servidores segundo regulamentação, não mais expedida só pela Secretaria, em conjunto pela Secretaria e o conjunto dos Sindicatos e Entidades representativas dos Servidores escolhem e elegem uma representação sem lista sêxtupla, alguma.

Acho que dessa forma se torna bastante democrática, bastante transparente a indicação dos representantes dos servidores e garante o que dispõe o texto da Lei que regulamenta a Reforma Administrativa, que garante o acesso dos assegurados as informações de administração dos fundos próprios de previdência.

Outra alteração que nós incluímos é a que diz respeito dos Diretores. O artigo 12 estabelecia que era competência do Conselho Administrativo fixar o valor da remuneração dos Diretores e não falava mais nada. Nós estamos estabelecendo um teto a essa remuneração dizendo do texto do Substitutivo: que não poderá ser superior aos praticados pelo mercado de Fundo de Pensão. Pegamos aqui o da Itaipu, BANESTADO, COPEL e vemos a remuneração dos gestores para estabelecer este teto, a remuneração dos gestores do PARANAPREVIDÊNCIA. Outra introdução que considero bastante positiva é aquela que vai contra o nepotismo. Os Diretores, segundo o Projeto Original, estabelecia que eles seriam indicados pelo Governador pessoas com formação mínima e com conhecimento da área. Estamos estabelecendo um parágrafo único, que diz: que não poderão ser designados para as funções de diretoria, profissionais que tenham parentesco até o 3º grau, com Membros do Conselho de Administração e Fiscal ou com ocupantes de cargos de confiança, DAS, no âmbito do Poder Executivo Estadual. Secretários de Estado, Diretores de Secretarias estão todos impossibilitados de ocupar cargos de direção na PARANAPREVIDÊNCIA, entendemos assim, também uma preocupação dos servidores.

Na composição do Conselho Fiscal havia um defeito no Projeto, estabelecia 5 membros, mais o presidente, totalizando 6. Nós estamos incluindo mais um membro a ser indicado e estabelecendo claramente que deve ter qualificação contábil e econômica, porque as funções desse Conselho é justamente analisar as contas e acompanhar a gestão financeira do PARANAPREVIDÊNCIA emitindo pareceres e isso se faz necessário a quem assume essa responsabilidade e que tenha uma formação mínima. Estamos colocando no texto da lei a indicação de mais um membro efetivo a ser indicado pelo Conselho Regional de Contabilidade. O Conselho Regional de Contabilidade é uma instituição reconhecida no Estado do Paraná com mais de 21 mil inscritos, é organizada, atuante. O Presidente, Antonio Carlos Doro, conversei com ele e ele manifestou, em nome da Instituição, o desejo de participar e colaborar da gestão do PARANAPREVIDÊNCIA. Fim da lista sêxtupla para indicação dos representantes dos servidores ativos e inativos. O que eles indicarem é acatado pelo Conselho. Estabelecendo a remuneração para os membros do Conselho Fiscal. Acho que era um defeito da lei. Tanto os membros do Conselho da Administração como os do Conselho Fiscal têm responsabilidade civil, criminal, muito séria na gestão do Fundo, ainda que alguns manifestem que esse Fundo vai padecer dos mesmos males de

que tradicionalmente padeceram, esse Fundo não, com certeza a administração é muito mais transparente, garante acesso às informações e de acordo com as novas regulamentações, a administração tem que ser bastante transparente, independente da natureza jurídica da instituição e isso nem deve ser levado em conta. Estabelecemos que se para um membro do Conselho de Administração é 10% do que percebe o Diretor-Presidente, para o membro do Conselho Fiscal é garantida uma remuneração equivalente a 50% da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração.

Outra alteração que é pequena e que se faz importante, é que o texto dizia que o PARANAPREVIDÊNCIA poderia organizar ouvidoria ou órgão de controle interno. Hoje em dia, as ouvidorias e os órgãos de controle interno têm se mostrado por demais importantes na gestão transparente das instituições que dispõem sobre interesses públicos da sociedade ou de conjunto da sociedade. Estamos instituindo a obrigatoriedade de instituição da Ouvidoria e de Órgão de Controle Interno. O PARANAPREVIDÊNCIA deverá instituir Ouvidoria e Órgão de Controle Externo que eu acho que vai dar segurança maior a todos os servidores do Estado do Paraná.

Outra mudança que fizemos e que não altera em nada o mérito do Projeto, foi a alteração de quem é assegurado obrigatório. O texto era um pouco em desconformidade ao que dispõe a moderna técnica legislativa da reforma da previdência e da legislação complementar ao abordar a questão do militar. Na verdade, atualmente se fala servidor público da ativa, da inativa e militar dos Estados, da ativa, em reserva remunerada e reformados. Nós demos esse novo texto para adequar o texto do PARANAPREVIDÊNCIA a essa terminologia e redação moderna que se dá na reforma da previdência e assim por diante.

Outra introdução é a respeito da observância do que dispõem as leis orgânicas nacionais estaduais e os Estatutos do Poder Judiciário, Ministério Público. Estamos incluindo no texto da lei também a observância dos que dispõem os Estatutos nacionais e estaduais dos militares para preservar essa situação um tanto específica do policial militar, garantindo que isso não representa nenhum tipo de privilégio ou vantagem maior do que é concedida ao servidor público civil, de forma alguma.

Vou me encurtar um pouco e vou tirar essas pequenas alterações que não despertam interesse nenhum por parte dos Deputados. Pulo a 14, a 15. São questões de acertos, talvez erros do projeto que foi enviado pelo governo do Estado aqui na Assembléia.

Uma questão que considero importante é a do artigo 60 que fala da pensão do servidor público que faleceu e a pensão que será concedida aos seus dependentes. O projeto original falava em proporcionalidade, em cálculo atuarial de acordo com o tempo de contribuição. Estamos incluindo no texto da lei que se a morte ocorreu em decorrência de serviços ou por moléstia grave, inde-

pendente do tempo de contribuição, o benefício de pensão a que fazem jus os seus dependentes, é o benefício integral. Acho que é uma mudança também positiva que contempla a preocupação, também, dos servidores.

Quero abordar o artigo 76. Havia um erro de impressão, creio, ou uma intenção de não incluir certos dependentes no texto da lei, sendo que no texto original do projeto enviado a esta Assembléia Legislativa, não aparecia como dependentes dos servidores, nem a esposa nem o filho até 25 anos, dependente econômico e que estava cursando uma instituição de ensino superior. E no novo texto legal, nós estamos incluindo e não teria nem razão de ser, se o texto fosse aprovado conforme veio do Governo, tanto a esposa como o filho até 25 anos que estivesse cursando uma instituição de ensino superior e fosse dependente econômico do segurado, não estava incluído. Estamos incluindo e atendendo, também, uma manifestação de preocupação dos servidores que acho que contempla com muita justiça.

#### O DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, estamos sem a cópia deste Substitutivo. Queremos saber de V.Exa. quando tomaremos conhecimento deste substitutivo por escrito?

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em 5 minutos. Mas já chegou e ia chegar de qualquer jeito, mas V.Exa. alertou.

#### O SR. EDUARDO TREVISAN

Já estou quase terminando. Chego aqui a uma alteração que considero razoável e que pode causar, a princípio, uma manifestação de contrariedade. Gostaria de bastante atenção aqui na nossa Bancada e de todas as bancadas, que é a alteração dos serviços médicos hospitalares, o elenco de serviços médicos hospitalares que o Fundo de Saúde do PARANAPREVIDÊNCIA vai ter que prestar aos servidores públicos integrantes do sistema. Na verdade, na proposta encaminhada pelo Governo do Estado, era previsto uma alíquota de contribuição no sistema de atendimento médico-hospitalar de 2% do Estado e 1% dos servidores. E estabelecida que o atendimento seria tão grande quanto permitisse os recursos, assegurando-se, no mínimo, consultas eletivas e emergenciais, internamento hospitalar, e exames complementares. E falava, ainda, que serão fixados elementos moderadores que deverão respeitar limites mínimos e máximos. Estamos fazendo uma alteração completa de todos esses dispositivos do fundo de saúde e do atendimento médico-hospitalar, procurando adequar a lei à nova regulamentação dos planos e seguros privados de saúde, editados agora este ano, no mês de junho, e creio que como esse Projeto ficou dois anos sendo gestado no Governo, acho que as conclusões a respeito desse atendimento médico-hospitalar se deram antes da edição dessa lei, e uma vez essa lei editada o fundo de saúde do PARANAPREVIDÊNCIA passou a ser uma operação

privada de planos de assistência à saúde, porque a lei diz: "Que toda e qualquer pessoa jurídica de direito privado, independente a forma jurídica de sua Constituição, que ofereça tais planos mediante contraprestação peculiar, se equipara ao texto dessa lei".

Então, nós passamos a entender que o atendimento mínimo garantido por essa Lei 96556, tornada efetiva a partir de junho deste ano, se aplica ao fundo de saúde e nós fizemos uma consulta ao IPE: é possível com essa fonte de custeio atender ao disposto nessa lei que regulamenta operadoras privadas de planos de saúde, uma vez que agora o fundo de saúde se equipara e se equivale a essa operadora?

O IPE disse que, talvez não, porque a proposta inicial, talvez, não levasse em conta essa determinação dessa nova lei reguladora da operação desses planos privados e manifestou que teríamos que buscar fontes de custeio. Então, eu procurei estabelecer no Substitutivo a necessária fonte de custeio.

Então, estamos fazendo uma proposta de elevar a alíquota de contribuição para o fundo de saúde por parte dos servidores de 1% a 2%. E um plus de 1% que levado em conta a média salarial dos servidores públicos do Estado do Paraná, que é de 700 reais representa apenas 07 reais a mais para o fundo de saúde, mas na soma total do pagamento de todos os servidores isso vai representar um aporte de mais de dois milhões e quinhentos mil reais, por mês, e que vai também desta forma possibilitar uma injeção maior de recursos e uma prestação melhor de atendimento. Mas ao mesmo tempo em que nós colocamos na lei esse pequeno adicional que é justo, porque ao servidor de baixa renda, levando em conta que 80%, quase, recebe menos de um mil e duzentos reais, vai ser imposto o sacrifício maior aos grandes salários, ao magistrado de Entrância Final que percebe quase 10 mil reais por mês, esse vai ter que pagar 100 reais a mais para o fundo de saúde. E dessa forma nós garantimos os recursos necessários e implantamos uma alteração completa, não só na alíquota de contribuição, estabelecemos que os serviços médicos serão tão amplos quanto permitir os recursos, mas assegurando no texto legal o mínimo de consultas médicas eletivas e atendimento emergencial em número ilimitado.

Internamentos eletivos e emergenciais clínicos, hospitalares, cirúrgicos, obstétricos, pediátricos, internações em UTI's com cobertura integral, não será cobrado nada do servidor, e tratamento fisioterápico.

E no texto da lei, ainda, estamos levando em conta que na fixação dos elementos moderadores deve-se respeitar a faixa salarial do servidor, no que é possível estabelecer elemento moderador nessa questão de internamento eletivo, clínicos, hospitalares, cirúrgicos, obstétricos, pediátricos e UTI's, não têm elemento moderador, cobertura integral. Qualquer cirurgia, desde que não seja estética, cobertura integral.

Mas, na fixação dos elementos moderadores, nos demais procedimentos deve se respeitar e estamos

colocando isso no texto da lei, deve se respeitar o nível de renda do servidor. E assim você respeita o princípio universal de cobrar mais de quem tem mais, e menos de quem tem menos. Essa foi a alteração que nós fizemos nesse capítulo, no atendimento médico hospitalar, um pequeno plus na contribuição previdenciária de um para 2%, que não penaliza sobremaneira o servidor a ponto de podermos afirmar a todo o servidor do Estado, que ele não precisará mais recorrer sempre ao SUS, porque o IPE não dá o atendimento e nem vai precisar contratar um plano privado, como a UNIMED ou GOLDEN CROSS, porque ele não consegue também o atendimento do IPE. O novo instituto, através do fundo de saúde, foi exaustivamente discutido por técnicos do IPE. A nova instituição vai ser suficientemente forte, organizada e alimentada e irá garantir aos servidores esse atendimento mínimo colocado no texto da lei.

O IPE, hoje, tem nos seus quadros alguns dentistas que fazem um atendimento básico aos servidores públicos. A proposta inicial do fundo de saúde, do PARANAPREVIDÊNCIA foi transformado por esse substitutivo, não estabelece o atendimento odontológico. Eles continuarão no quadro do Estado, prestando serviços nos órgãos. É evidente, que o atendimento mínimo é garantido e é o mesmo de uma operadora privada de plano de saúde que você contrata e se os recursos permitirem pode se estender esse atendimento prestado até um eventual possível atendimento odontológico básico.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Deputado, é só para ficar claro o seguinte: o serviço dentário será desativado? Quero que V.Exa. diga isso com as suas palavras. O fundo não contempla o serviço dentário. É isso?

#### O SR. EDUARDO TREVISAN

O projeto não estabelece como atendimento mínimo. Ele estabelece o que é disposto na Lei nº 9656, que regulamenta as operadoras privadas e estabelece um atendimento mínimo, que é bastante satisfatório. Mas ao mesmo tempo diz, que ao garantir esse atendimento, pode atender outros benefícios ao servidor, tantos quantos os recursos permitirem. Mas esse mínimo, que citei aqui, alguns importantes com cobertura integral é garantido. Eventualmente na medida das possibilidades financeiras podem se criar serviços suplementares, inclusive, o de atendimento odontológico. Isso tudo irá, vai ser estabelecido no estatuto e na medida do andamento da prestação do serviço.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Não está previsto e V.Exa. está assumindo isso. Quero que V.Exa. assumo o que o projeto diz. É só isso. V.Exa. é autor do substitutivo e tem de dizer que está

extinguindo o serviço dentário que o IPE presta hoje ao servidor público.

#### O SR. EDUARDO TREVISAN

O atendimento médico que o IPE presta hoje é muito deficitário. Estamos garantindo um atendimento muito melhor.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Do serviço dentário, o que vai restar ao serviço público, é ficar com dor de dente. É isso o que vai acontecer? V.Exa. declamando o plus.

#### O SR. EDUARDO TREVISAN

Essa medida pode parecer, a princípio, um pouco antipática. Mas percorri o Estado, conversando com o servidor e a maioria das pessoas disse: se o atendimento que for dado for bom, nós concordamos. O que não dá é para contribuir e receber um mal atendimento como hoje nós recebemos. A lei está dando essa garantia ao servidor. Ele terá um atendimento de qualidade, exatamente igual a essas operadoras em plano básicos privados, como uma UNIMED ou GOLDEN CROSS oferecem a seus associados e cobra contraprestação para isso. Essa mudança nós fizemos, porque entendemos que as conclusões a que o Governo chegou para editar esse texto original, que foi mandado à Assembléia foi feita antes da edição dessa lei que regulamenta essas operadoras privadas de planos de saúde e que fez com que o fundo de saúde do PARANAPREVIDÊNCIA a ela se equiparasse por disposição legal.

Começo entrar nas questões que considero importantes e que começam a responder aquelas indagações mais importantes dos servidores, que dizem respeito à garantia dos repasses da contraprestação previdenciária da parte do Estado, como patrocinadora desse fundo previdenciário. O Art. 86 estabelece que é obrigação do Estado efetuar, até o quinto dia útil do mês seguinte, a transferência das contribuições previdenciárias que lhe couberem para os respectivos fundos. E estabelece outras disposições.

Estamos incluindo vários parágrafos para deixar bem patente, realmente, a obrigatoriedade, a certeza e a segurança que será dada a todos os servidores, que esta contribuição previdenciária, por parte do Estado vai ser repassada, de qualquer jeito.

Então no parágrafo 2º, nós estamos dispondo o seguinte, que para efeitos do disposto no parágrafo anterior, bom o parágrafo anterior, o primeiro, que já constava da Lei diz o seguinte: "Da hipótese de mora no recolhimento ou repasse das verbas de que trata o inciso do Artigo 86, que são as contribuições para os fundos previdenciários e os fundos de saúde, pelo atraso o Estado paga uma atualização e juros moratórios. Estamos incluindo o parágrafo 2º, bastante contundente e que acho que dá uma segurança muito boa aos servidores que o Estado vai realizar a sua contraprestação. "Para os efeitos do disposto no parágrafo anterior, sem prejuízo da aplicação,

aos responsáveis pela mora do disposto do Artigo 8º da Lei federal 9.717," que é essa que regulamenta a criação de regimes próprios de previdência e que remete aquela lei de 77, que foi abordada aqui pelo Deputado Romanelli, "o PARANAPREVIDÊNCIA deverá ingressar em juízo". Deverá, os dirigentes têm mandato, podem ter sido indicados pelo Governador mas têm mandato a cumprir e sobre eles pesam responsabilidades, civis, patrimoniais e criminais. "Buscando obter medida cautelar de arresto, sequestro ou outro meio que possa assegurar o bloqueio e a disponibilização dos recursos existentes na conta do Tesouro Estadual.

Parágrafo 3º - "Sob pena de incindir em infração administrativa a medida prevista no parágrafo anterior", é texto novo do nosso Substitutivo, "deverá ser tomada de forma compulsória pelo diretor presidente de PARANAPREVIDÊNCIA até 10 dia após constatação da ausência do recolhimento." Não é uma deliberação pessoal do diretor presidente, o texto legal determina que, uma vez constatada a mora, e por provocação de qualquer um dos membros do Conselho, o diretor que não tomar estas providências incorre em crime de omissão e é responsabilizado por isso.

Parágrafo 4º - Acho este bastante contundente, pois inspirado na legislação anterior. "O Governador do Estado, os Presidentes do Poder Judiciário, Legislativo e Tribunal de Contas e Procurador Geral de Justiça serão responsabilizados, na forma de lei, caso o recolhimento das contribuições, e cargos destes órgãos, não ocorram nas datas e condições estabelecidas nesta lei. O mesmo ocorrendo aos servidores ordenadores de despesas e encarregados das folhas de pagamento, e dos recolhimentos das contribuições referidas." Isso é um dispositivo legal que impõe as responsabilidades aos dirigentes dos Poderes do Estado do Paraná.

Parágrafo 5º - que estamos incluindo no nosso Substitutivo - "O Tribunal de Contas deverá declarar não aprovadas as contas referentes ao pagamento dos servidores quando não repassadas as contribuições aos respectivos fundos, enquanto perdurar o débito."

Essas disposições foram inclusões do Substitutivo e eu acho que são disposições bastante fortes que complementam o texto original da lei e que dão aos servidores dos Estado do Paraná a necessária tranquilidade e garantia que a contraprestação por parte dos patrocinadores do Poder público do Estado será repassada ao PARANAPREVIDÊNCIA. E gostaria já de afirmar que este nosso trabalho de relatoria, eu ainda não conclui as alterações do texto, mas faço uma pausa para falar que, para complementar o trabalho de relatoria da PARANAPREVIDÊNCIA estamos protocolando hoje na Casa e pedimos o apoio de todos os Deputados, três emendas constitucionais. Procurando levar essa garantia e segurança aos servidores que é: Quem garante que o Estado repassa a parte dele? Complementando o texto legal da lei que já contempla esses dispositivos. Estamos propondo a inclusão no texto constitucional de

uma emenda do artigo 75 da Constituição do Estado do Paraná que é o capítulo que dispõe sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Estou propondo no texto da seguinte disposição: “consideram-se irregulares as contas de todos os poderes, quando se verificar que houve pagamento de pessoal sem o necessário recolhimento ao sistema de seguridade funcional do Paraná, quer dos percentuais descontados dos servidores, quer da contrapartida do Estado, permanecendo a irregularidade enquanto permanecer o débito.” Outra alteração que proponho no texto, procurando assegurar a todos os servidores e sociedade do Paraná, uma resposta a essa preocupação tão comum de como garantir o repasse. Estou propondo a inclusão, através de uma emenda constitucional ao artigo 133, que trata dos orçamentos. No inciso 5º fala que o Estado tem que aprovar todos os anos a LDO que disponha sobre as diretrizes relativas à política de pessoal do Estado. Estou incluindo uma continuidade: “incluindo-se aquelas relativas ao repasse de verbas ao sistema de seguridade funcional do Estado do Paraná.” Outra emenda constitucional que complementa esse trabalho. No artigo 137 do texto da Constituição Estadual que diz: “as despesas com pessoal ativo e inativo do Estado não poderão exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.” A lei complementar federal estabelece o limite de 12% das receitas correntes líquidas para os gastos com pessoal. E até uma justificativa da necessidade da implantação do PARANAPREVIDÊNCIA. Estamos incluindo um parágrafo 1º que diz: “que na parte do orçamento estadual concernente às despesas com pessoal ativo e inativo devem ser consignados os valores destinados ao sistema de seguridade funcional do Paraná, quer os valores descontados em folha de servidores, quer os de contribuição do Estado nos percentuais estabelecidos pela lei própria.”

Essas três propostas de emenda à Constituição complementam os dispositivos já estabelecidos na lei do PARANAPREVIDÊNCIA e que o colocam de forma muito contundente essa obrigatoriedade do Estado.

Outra alteração que estamos propondo é que no projeto original do Estado havia a possibilidade estabelecida do Estado poder alterar as alíquotas de contribuição previdenciária por decreto. Baseado em cálculo atuarial, uma vez que toda a proposta do PARANAPREVIDÊNCIA se baseia em cálculos atuarial. Estamos incluindo no texto da lei a exigência de que o Executivo poderá, mediante decreto, a ser ratificado pela Assembleia Legislativa o texto da Constituição Estadual. No texto estabelece de maneira muito clara que essas contribuições devem ser devidas na forma e percentual fixados em lei. A lei fixa o percentual inicial e estabelece a forma de uma eventual possível alteração, se o plano for muito saudável, para menos, ou talvez, no futuro para mais, mas essa alteração, a forma como a lei está estabelecendo dando cumprimento ao dispositivo da Constituição Estadual, é Decreto a ser ratificado pela Assembleia Legislativa. O que dá tranquilidade e segurança aos servi-

dores e toda à sociedade, de que isso será, também, discutido com esta Casa, que representa o povo do Paraná.

Outra alteração que nós estamos colocando são as dificuldades para extinção do PARANAPREVIDÊNCIA, respondendo assim aquela outra indagação dos servidores: Quem me garante que daqui 5 anos, o PARANAPREVIDÊNCIA, aí com 5 bilhões em caixa, muito mais dinheiro que o Estado, um governador não vai extingui-lo e incorpora aos cofres do Estado este patrimônio?

Fica estabelecido no texto da lei, alterando o texto original: Fica o Estado do Paraná, permanentemente, obrigado a viabilizar a preservação do PARANAPREVIDÊNCIA, cuja extinção mediante autorização Legislativa, da Assembleia, somente poderá dar-se por via Judicial: Liquidação Judicial.

Então é necessário uma autorização Legislativa e depois a consequente Liquidação Judicial. Então não pode simplesmente uma nova lei ou não pode simplesmente uma Medida Judicial. E tudo isso só se for comprovado por inequívoca e absoluta comprovação de impossibilidade da sua manutenção. Isso é uma construção nova, que estamos dando ao texto da lei, para procurar responder estas questões tão importantes que os servidores levantam a respeito da perenidade do Instituto PARANAPREVIDÊNCIA.

Outra alteração que nós estamos colocando é para deixar de maneira muito clara a questão do início das atividades da PARANAPREVIDÊNCIA e o fim da prestação do atendimento, que hoje ainda que falho e dificultoso é fornecido pela Instituição que vai se transformar em PARANAPREVIDÊNCIA, que é o IPE.

Estamos dizendo que no limite de até um ano, o PARANAPREVIDÊNCIA deve, talvez num tempo menor, iniciar o atendimento das atividades previdenciárias e atendimento médico hospitalar, que durante este período o IPE continua prestando o seu atendimento e que todas as dívidas e obrigações contraídas pela autarquia são de responsabilidade do Tesouro do Estado. Então acho que isso, o parágrafo 6º, deixa bem claro.

Até que o PARANAPREVIDÊNCIA assuma os encargos de que trata esse artigo será obrigação do Estado manter e pagar os benefícios previdenciários e o atendimento médico hospitalares e complementares, hoje existentes, destinados aos atuais servidores bem como os seus respectivos dependentes e pensionistas.

Incluimos no texto da lei uma obrigação bem clara, de que não haverá solução de continuidade entre o atendimento que hoje é prestado e o que vai ser prestado pela nova Instituição. A nova Instituição tem um ano para iniciar as suas atividades. Ela pode iniciá-la num prazo menor, se assim se viabilizar, mas o atendimento que hoje é prestado, só vai acabar no dia numa 6ª feira, em que a PARANAPREVIDÊNCIA chega para o Instituto que vai continuar prestando atendimento e dizer: Agora é comigo. E já na 2ª feira, inicia todos os



serviços que ela se propõe, tanto os previdenciários como ao de atendimento médico hospitalar.

Outra inclusão que nós fazemos no texto do Substitutivo é a situação especial que vivem os servidores do IPE. Nós nos debruçamos a respeito de múltiplas possibilidades, alternativas a que vinha sendo proposta pelo texto do Governo do Estado, e procuramos, realmente, captar as preocupações dos servidores da autarquia IPE e darmos a eles alguma forma de compensação ou segurança. Num primeiro momento pensou-se numa estabilidade na nova instituição. Isso não é possível porque a natureza jurídica da PARANAPREVIDÊNCIA que vai gerenciar o sistema de previdência e atendimento médico-hospitalar, é privada.

Então não há possibilidade de garantir a estabilidade de servidor público estatutário numa instituição cuja natureza jurídica seja privada. Pensamos em criar um quadro em extinção, o que não é possível por essa impossibilidade legal.

Então, permanece essa determinação que uma vez extinto o IPE e criada a PARANAPREVIDÊNCIA o servidor daquela autarquia tem os seguintes caminhos: ou ele opta por continuar servidor público clássico, estatutário e é realocado nos diversos órgãos do Estado do Paraná. Na Secretaria, se é um médico, na Saúde; se é um administrativo nas diversas secretarias e assim por diante, ou ele pode pedir uma licença sem vencimentos e ser contratado, por um período de experiência, depois da criação do Plano de Cargos e Salários da PARANAPREVIDÊNCIA e a partir dali, decidir se ele entende melhor se afastar do Estado, pedir a exoneração e ser contratado pelo novo regime de trabalho da nova instituição PARANAPREVIDÊNCIA, ou se ele, definitivamente quer continuar como servidor público estadual. A esse servidor que optar por se desligar do Estado, por entender que aquela figura clássica de servidor já não mais lhe convém, que ele quer participar da nova instituição, estamos incluindo no texto da lei, uma espécie de indenização compensatória, primeiro para lhe dar segurança, tranquilidade e depois, para estabelecer que o Estado reconhece o período que esse servidor trabalhou e que por ele ser estatutário não tem direito às verbas do trabalhador da iniciativa privada, se for demitido injustificadamente; da retirada do saldo do Fundo de Garantia, mais 40% de indenização do saldo e assim por diante. Procuramos estabelecer a regra contida no parágrafo atual, (1º), do Artigo 104, que fala dos caminhos que deve percorrer o servidor do IPE dizendo o seguinte:

“Aos atuais servidores da autarquia IPE e da Secretaria da Administração que optarem pela exoneração nos termos deste artigo, buscando se vincular ao novo plano de cargos e salários da instituição nova PARANAPREVIDÊNCIA, fica assegurado na hipótese de futura demissão injustificada, por parte da PARANAPREVIDÊNCIA, além do pagamento das verbas rescisórias decorrentes, que a PARANAPREVIDÊNCIA vai ter que pagar do período

em que ele lá trabalhou, o pagamento de uma indenização equivalente a 11,2% incidente sobre o cômputo de toda a remuneração atualizada que ele percebeu durante o período em que foi servidor público por eles recebidos e durante o período em que estiveram vinculados ao regime estatutário.”

Esse é o texto do § 1º que institui a indenização compensatória, uma figura nova ao servidor que foi estatutário e garante para ele uma reserva. Não se estabelece tempo, futuro. É um direito que ele vai ter a ser exercido a qualquer tempo, e definindo na sua vida profissional que ele vai se desligar do Estado e vai se incorporar no novo plano de cargos e salários da nova instituição, no regime trabalhista vinculado ao regime geral de previdências, faz jus a essa indenização compensatória como se fosse um servidor da iniciativa privada no período em que foi vinculado ao Estado pelo regime estatutário. Ele faz jus à verba de 8% do cômputo de todos os salários recebidos durante o período em que ele foi estatutário, mais a verba indenizatória de 40% sobre o saldo. A conta dá 11,2%. Essa foi uma indenização compensatória que colocamos no texto do Substitutivo e que acho que contempla uma preocupação e uma manifestação que os servidores especificamente do IPE nos trouxeram. Nas reuniões que fizemos pude captar de grande parte dos servidores tanto aqui como em Londrina, uma satisfação pela inclusão deste dispositivo no texto do nosso Substitutivo. Outra questão que considero fundamental e que diz respeito a uma reivindicação de todos os servidores públicos do Estado do Paraná, é a famigerada carência de 5 anos que o servidor teria que contribuir para poder se aposentar pelo PARANAPREVIDÊNCIA.

Eu, particularmente, afirmo que era profundamente discutível essa carência e que ela não teria amparo constitucional de forma alguma. Ocorre que ela veio no texto da proposta enviada pelo Governo do Estado, que quando dispunha da aposentadoria dos atuais servidores públicos, estabelecia que os atuais servidores públicos se aposentam de acordo com os seguintes requisitos - repetia o texto da reforma da previdência: idade, tempo de serviço e tal, tal, tal e remetia desde que respeitado o disposto no Art. 52.

Quando retroagíamos ao Art. 52 ele estabelecia as regras e aposentadoria do novo servidor público: tempo de contribuição, idade mínima, e assim por diante. Mas estabelecia a carência de 5 anos ou 60 meses de contribuição para os fundos previdenciários. Estabelecia uma carência que considerávamos não só inconstitucional mas, acima de tudo, injusta. Fizemos uma mudança no texto da lei acabando com esta carência de 5 anos para os servidores públicos. Aquele servidor, - por isso que digo que o PARANAPREVIDÊNCIA não desrespeita direito adquirido e os direitos constitucionais. Servidor público, tanto atual como novo, implementou as condições de aposentadoria. O atual é a somatória da idade mínima - homem 53 anos e 35 anos de serviço, a mulher é 48 anos e 30 anos de serviço para a percepção do benefício inte-

gral. Implementando esses requisitos nem que quiséssemos colocar no texto da Lei algo diferente, o que prevalece é o texto constitucional.

Portanto o servidor público que implementar estas condições no dia seguinte à implantação do PARANAPREVIDÊNCIA, se aposenta com o benefício integral. Não há qualquer carência.

Então o texto do Art. 112, estabelece as regras da aposentadoria do atual servidor e estou colocando o seguinte texto: "Que os benefícios de que trata este artigo - da aposentadoria por idade, tempo de serviço, por invalidez e os benefícios da pensão, - serão deferidos aos servidores do Estado, desde que mantidas as suas condições de contribuintes do regime previdenciário do Estado, este que já existe. Este que todo servidor tem descontado 10% e que o Estado utiliza como receita e gasta mês a mês.

Então este requisito todos os servidores preenchem, é o regime previdenciário que já existe. Não se refere especificamente aos fundos que estão sendo criados e representa, desta forma, esse novo texto da Lei o fim da carência de cinco anos. O servidor que tanto se manifestou com direito e com justiça, está atendido nesta alteração que colocamos aqui.

Outra questão é a extinção dos cargos do IPE. No Projeto original dizia que já nos atos constitutivos do PARANAPREVIDÊNCIA os cargos todos seriam extintos, o que inviabilizaria a continuidade do atendimento médico-hospitalar - que ainda que seja falho - impunha uma solução de continuidade e o IPE não conseguiria, a estrutura não conseguiria funcionar. Estamos somando as disposições anteriores que determinam que a Instituição, o Estado devem continuar prestando todos os atendimentos que hoje são prestados aos servidores, até que o PARANAPREVIDÊNCIA diga: Agora é comigo, portanto, os cargos só serão extintos após as transferências das obrigações que trata o art. 103. No art. 103 dispõe que o Estado continua prestando o atual atendimento até que o PARANAPREVIDÊNCIA assuma essas responsabilidades.

Apresentei aqui, de forma resumida todas as outras alterações que fizemos aqui, todas as alterações que eventualmente não foram apresentadas, posso garantir que foram só no sentido de contemplar mais segurança, mais tranquilidade aos servidores, ao Estado e à sociedade do Paraná. Nada do que foi colocado aqui fere direitos, desrespeita direitos adquiridos por parte dos servidores. E consideramos que alguns pontos, ainda que eventualmente polêmicos, são absolutamente necessários a que a Instituição PARANAPREVIDÊNCIA, como um patrimônio do servidor do Estado e de toda a sociedade do Paraná, possa ter vida longa, perenidade e segurança. Enriquecemos o trabalho da relatoria com essas três propostas de alteração do texto constitucional do Estado, colocando de maneira bem clara essas impossibilidades de não repassar as contribuições devidas pelo Estado e a necessária garantia de perenidade da instituição, que acho que dessa forma conseguimos, talvez, melhorar um pou-

quinho o projeto que foi enviado pelo Governo do Estado a esta Casa.

E termino a minha breve participação nesta relatoria agradecendo a todos os companheiros, primeiro a confiança de todos em me designarem Relator; ao Presidente Anibal; ao Presidente da CCJ; a todos os membros de todos os partidos que me confiaram essa tarefa; agradeço aos servidores com os quais tive um contato mais próximo nesses últimos 40 dias; agradeço também aos representantes do Governo do Estado, porque agi como uma espécie de intermediador, captando as manifestações dos servidores e procurando convencer o Estado da sua oportunidade; agradeço ao Dr. Mauro Borges, advogado, que foi de uma disposição, realmente, elogiável, pessoa competente, muito acessível e que colaborou bastante com essa relatoria; agradeço também a Fundação Getúlio Vargas, através do Instituto Superior de Administração e Economia, que se preocupou em fazer um seminário aqui em Curitiba só para abordar a questão de fundos previdenciários e procurou fazer também uma análise do PARANAPREVIDÊNCIA, agradeço na pessoa do Norman de Paula Arruda; e peço desculpas se estou esquecendo de alguém.

Quero agradecer à todos!

E por fim dizer que estamos encerrando aqui esse período, vou embora da Assembléia, vou, na vida privada, continuar torcendo para os nossos amigos Deputados. Saio desta Casa, mas saio com uma imagem de que temos representantes do povo do Paraná de grande espírito público, de todos os partidos, cada um defendendo os seus pontos de vista, mas bastante democrático. Mas, saio daqui confiante de que, como cidadão terei ainda aqui, provavelmente saio definitivamente vou cuidar da minha vida privada, vou continuar torcendo para os meus companheiros. E na certeza de que esse é o Projeto mais importante do Governo Jaime Lerner, garante o benefício dos servidores, faz o ajuste fiscal do Estado e cria um fundo previdenciário que vai agir como um agente fomentador do nosso desenvolvimento econômico, participando de projetos estratégicos de desenvolvimento do Estado, gerador de emprego.

Então, busca-se uma coisa e acaba atingindo vários benefícios, que vai ser o resultado do PARANAPREVIDÊNCIA.

Muito obrigado!

Desculpem-me e obrigado pela atenção.

Obrigado

Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Na verdade nós seremos rápidos na colocação, até porque a Oposição já deu a sua opinião à respeito do assunto através de Deputados que nos antecederam.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, gostaria, com sinceridade, Deputado Eduardo Trevisan de cumprimentá-lo pelo trabalho realizado por V.Exa. durante o período que esteve analisando para relatar o fundo de previdência do Estado do Paraná, o seu desprendimento para conversar com os servidores, com as entidades, mas esse desprendimento não nos leva a ter a certeza de que estamos executando o melhor trabalho que essa Casa poderia fazer no dia de hoje. Até porque, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, talvez seja esse um dos Projetos que está nessa Casa que não tem nada a ver com a situação, nem com a Oposição. Nós estamos criando um fundo de previdência para o servidor do Estado do Paraná que vale para o atual governo e valerá para os futuros governos também que nós não sabemos nem quem será e nem de que partido serão. Só tem uma pessoa que é permanente nesse fundo, o servidor. Só ele é permanente.

Portanto, a nossa avaliação, a nossa análise tem que ser feita pela ótica do servidor, e aí é que começam as contradições do fundo, porque ninguém é mais interessado que ele, é o seu futuro, é a sua passagem inteira pela via pública, os seus dissabores, com suas alegrias, com sua prestação de serviço, com a sua sustentação. Há enorme quantidade de governantes que passam pelo Estado. Não tenho dúvida. Nós do PMDB permanecemos no Governo durante doze anos. Muitos dos servidores talvez que estejam nas galerias e estejam acompanhando essa votação serviram a governos passados como estão servindo o atual Governo e continuarão a servir futuros governos, com a mesma dedicação, sem levar em conta a questão partidária, e sim levando em conta a sua função de servidor público, por isso a preocupação nossa. Não vejo, Deputado Eduardo Trevisan, neste projeto, e tenho certeza que V.Exa. não encontrou, porque não há dispositivo capaz de fazer encontrar, um instrumento que possa nos garantir aqui e agora que esse fundo não possa ser instinto. Não há como dizer que esse fundo não possa ser instinto, por que? Porque uma lei que a capacidade de revogação de outra lei da mesma natureza. Está aí o exemplo das prefeituras municipais que constituíram fundos. Está aí o exemplo que o Deputado Valdir Rossoni gosta muito de citar quando se fala em fundo, o fundo constituído no Governo passado, que foi constituído e foi extinto por essa mesma Casa, como poderá ser extinto no futuro este fundo de previdência feito agora. Só há uma diferença, aquele era público, este é privado. Esta é a grande diferença, nós estamos colocando a contribuição do Estado num fundo privado, quando constitucionalmente no final deste fundo se ele for à bancarrota a responsabilidade constitucional permanecerá do Estado na manutenção dos seus aposentados. Por isso, fica a primeira afirmativa que faço aqui, não há razão para ser privado, se no final, por qualquer eventualidade a responsabilidade passará a ser pública, o fundo, portanto, poderia ser público.

A razão do fundo, não tenham dúvida, Senhores Parlamentares, para a Situação ou para a Oposição não há dúvida que a criação desse fundo, essa diversificação dos atuais aposentados, dos futuros aposentados, tão bem colocada pelo Deputado Eduardo Trevisan, tem uma única finalidade, é baixar o comprometimento da folha. No instante que nós, vendendo o patrimônio público, vendendo ações da COPEL, vendendo ações da SANEPAR, vendendo ações de empresas públicas, viermos capitalizar o fundo para que o aposentado atual seja transferido imediatamente. Se nós fizermos a aprovação desta Lei hoje e se ela for sancionada e publicada até o final desse ano, em janeiro o Governo está colocando os seus aposentados a receberem desse fundo que está sendo criado, e, conseqüentemente, a folha que está em 85% vai baixar para 50%, mas vai baixar para 50%, mas não é iniciativa privada e todos nós sabemos as pressões políticas que o Governo sofre. No primeiro ano fica em 50%, no outro vai para 55%, num novo Governo que vem, não se sabe quem, daqui a pouco vai para 60 e 70% de novo, o comprometimento da Receita, mais uma carga em cima do fundo. Ora, o fundo vai pagar o aposentado, Deputado José Maria, com venda de patrimônio, com receita de venda de patrimônio, que é finita, não se multiplica. No instante em que se extinguir esse capital só restará ao fundo a contribuição do Governo, do servidor e do Governo.

E aí Deputado Eduardo Trevisan nos diz, que o Governo, pelo seu substitutivo será obrigado a repassar o dinheiro que ele desconta do servidor. E o dele? E a responsabilidade do repasse do recurso do Governo? Porque não é o Governo Lerner que estou falando, são os governantes do Paraná, dos outros Estados, da Nação, são os maiores sonegadores da contribuição patronal para todo e qualquer fundo, na verdade quem vai acabar sustentando o fundo é a venda de patrimônio público e a contribuição dos servidores, porque no próprio IPE, o buraco que existe no IPE é fruto do não recolhimento da parte do Governo para com aquele instituto. Então, que dispositivo poderemos criar já que o fundo parece ser uma coisa que não conteremos força suficiente para protelar. A proposta que foi feita pela Oposição e que eu faço aqui novamente, porque votar o fundo hoje? Que argumento é este que está tentando colocar nesta Casa que é formada por Legisladores, o princípio da anterioridade, querendo nos dizer que tem que aprovar este ano porque senão não poderá entrar em vigência o ano que vem. O que tem que aprovar com princípio de anterioridade é imposto e taxa, e não contribuição social. Contribuição social não tem essa obrigatoriedade. Não há nenhuma corrente afirmativa neste sentido, portanto, se o próprio servidor que é o beneficiário do fundo quer protelar a discussão para o ano que vem, porque nós parlamentares que não fazemos parte deles queremos votar no final de um período extraordinário sem a ampla discussão que se merece, por causa de uma argumentação que não é verdadeira, não há

princípio de anterioridade orçamentária para poder votar esse fundo.

Então, queremos aqui dizer, que confiamos no bom senso desta Casa, queremos dizer que a nossa Bancada do PMDB é solidária àquilo que já disse o PT, que vai lutar contra as inconstitucionalidades do fundo, somos solidários. Se não conseguirmos nenhuma conquista através deste lado jurídico, nós temos que fazer uma coisa, Deputado Eduardo, votar aqui uma emenda constitucional nos crimes de responsabilidade do Governante que não repassar o recurso que tem que repassar para o fundo, não adianta artifício do Governo, pagar com juros e correção monetária, porque quem não paga o principal não paga o acessório. Nós temos que colocar o compromisso no crime de responsabilidade de quem não repassar o recurso que tem que repassar. Como também do governante que sacar dinheiro do fundo. Porque eu estava dizendo, e digo isso com sinceridade ao Deputado Valdir Rossoni, o risco do fundo não é o Governo Jaime Lerner, acho que quem constitui o fundo acaba sendo o protetor dele. Mas os futuros governantes? Como hoje o Governo está vendo como última válvula de escape para baixar o comprometimento da folha, vender patrimônio. Porque Deputado Vanhoni, a única coisa que não se pode fazer com a lei que essa casa aprovou na venda das ações da COPEL é pagar pessoal. O resto pode tudo: para aumento de emprego, para qualquer coisa pode, menos para pessoal. Esse fundo está autorizando exatamente só isso, vender o patrimônio público para pagar pessoal, através do aposentado, de uma forma direta, baixando o comprometimento do orçamento.

Os governantes terão que respeitar o fundo que não é deles, é do servidor. Não é possível que nós venhamos no futuro ter um governante, que não tendo mais ação da COPEL ou da SANEPAR, o único lugar que ele irá enxergar dinheiro será exatamente no fundo. E aí mandará uma lei para uma futura Assembléia, que possivelmente não seremos nós, serão outros deputados, revogando o fundo e recolhendo o tesouro público, o seu montante, chamando a responsabilidade dos aposentados. Esses são os riscos que nós temos que interpretar nesse fundo. É isso que nos leva à contrariedade a ele. Da aprovação, Deputado Trevisan, por parte da oposição, pelo menos, que não tem nem a Ordem do Dia cópia do seu substitutivo, não é possível que essa Casa formada por 54 Parlamentares vote o futuro de 280, 300 mil pessoas no Paraná sem essa preocupação de saber afinal que monstro está criando, que benefício está criando e onde pode corrigir essas distorções.

**(Aplausos)**

Afinal, não é um projeto político de governantes, é um projeto de um fundo para os trabalhadores.

Quero encerrar, Sr. Presidente, porque tenho a certeza absoluta, que essa Casa formada por Deputados convictos quando vêm ao Plenário, já sabem a forma de votar. Não será o discurso desse modesto Deputado, que irá mudar o posicionamento de voto dos Parlamentares

dessa Casa. Mas esse discurso será um registro para o futuro. Deus permita que esse fundo engorde e em favor do servidor. O meu medo é que esse fundo seja uma forma de baixar o comprometimento da folha, o pagamento do aposentado, através da venda de patrimônio e na hora que este terminar, o fundo termine junto, como terminou o fundo nas Prefeituras, como poderá terminar o nosso, porque não temos impeditivo nenhum, não há uma lei que possa breicar e que isso venha a acontecer. O servidor público, que gasta a sua juventude, estará sujeito no fim de sua carreira ver-se ausente de um fundo que possa garantir-lhe uma vida digna.

Portanto, se eu tivesse um pedido, aqui, seria o de que transferíssemos a discussão desse projeto, discutíssemos com mais profundidade com quem se interessa pelo projeto, que é o servidor e não tivesse o maior receio. O próprio Governo Federal está anunciando a possibilidade de modificação e alteração no próximo ano da previdência de seus servidores, sem nenhum temor do princípio da anterioridade orçamentária para pode vigir no ano que vem. Não há razão nenhuma para essa precipitação que nós estamos tendo nesse momento.

Concedo um aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

#### **O Sr. Basílio Zanusso**

Deputado Caíto, quero deixar registrado aqui o que nós pensamos acerca desse projeto e no meu entendimento é o de maior importância, o que estamos votando aqui, não só nesse período de convocação extraordinária, como de todas as legislaturas. E também, oxalá não esteja enganado, Deputado Caíto Quintana, e quero reportar-me às palavras do Deputado Vanhoni, quando ele disse que estava muito preocupado em votar esta Mensagem do Governo porque poderia resultar em graves prejuízos para 180 e tantos mil funcionários públicos, do Estado.

Quero dizer a V.Exa. que a participação da Oposição, nesta tribuna, é necessária, é indispensável. Até quando V.Exa. lembra de responsabilizar, até futuramente o governante, não agora mas daqui a 5 anos, 10 anos, porque o os recurso serão altíssimos

Mas pedi este aparte para, além de elogiar, V.Exa., pelas considerações que faz, para dizer que voto favoravelmente a este projeto e ao Substitutivo Geral porque alguma coisa há que se fazer. O que não podemos compreender e nem imaginar é que este Estado continue assim como está! O IPE é uma mentira! Uma professora aposentada, depois de 30 anos lecionando, na minha região, na minha cidade, Nova Esperança, D. Julieta Mesquita, precisou ser submetida a uma cirurgia de alto risco, imediatamente atendida no hospital Evangélico ela não teve suas despesas ressarcidas. Um absurdo! Porque ela não comunicou previamente ao IPE. Quer dizer abandonou os funcionários públicos há muito tempo e por vários Governos! E digo a V.Exa, o que aconteceu com esta professora, na minha visão, poderá acontecer com todos os aposentados do Estado. Os aposentados do

Estado com esta folha absurda, que inclusive não posso deixar de dizer que o Governo Lerner tem culpa também, nestes 70 e tantos por cento com despesa da folha, da receita do Estado.

Deputado Caíto, apenas estou me alongando para dizer que alguma coisa tem que ser feita. Não é ideal o projeto, o Substitutivo Geral, do estudioso Deputado Trevisan, que abordou o assunto aqui nesta Casa por um período de quase uma hora, nos informando acerca dos aspectos principais, pode não ser o ideal, mas esta Casa terá certamente competência para adequar, melhorar este mesmo projeto.

Bom, resumidamente, voto favoravelmente ao Substitutivo do Deputado Trevisan porque esta casa precisa fazer alguma coisa, não se admite mais continuar o IPE como está!

Muito obrigado.

#### O SR. CAÍTO QUITANA

Precisa ser melhorado, mas esta Casa deveria melhorar o projeto antes de votá-lo e não depois.

Lhe darei um exemplo, só para concluir, tenho uma Emenda, estava até esquecendo, o Artigo 10, o Artigo 10 do projeto original não posso dizer se o Deputado Trevisan mudou ou não, porque não tenho o Substitutivo, mas o Artigo 10 diz o seguinte: "O conselho de administração será integrado por presidente e oito conselheiros efetivos e 4 suplentes, todos escolhidos dentre pessoas com formação superior e de reconhecida capacidade em uma das seguintes áreas: seguridade, administração, economia, direito, medicina ou engenharia."

Ora, meu Deus do Céu, se o plano é para todo o servidor, porque este artigo excludente? Por que não as outras categorias poderem participar do conselho? Por que não quem tem filosofia, quem tem pedagogia, quem tem qualquer outro curso? Ou o agrônomo, o veterinário, porque não eles se o plano é de todos? Temos uma Emenda exatamente propondo que o conselho seja escolhido dentre pessoas de formação superior e de reconhecida capacidade. E acabou. Não tem o projeto que dizer que tem que ser da área "X" ou "Y". Não é por aí. Se o instituto é do servidor não podemos dizer quais os servidores que podem participar da diretoria e qual que não pode. Aproveito para pedir o apoio dessa Casa na votação dessa emenda substitutiva que, seguramente, tornará mais democrática a administração do fundo. Gostaria de lembrar também, Deputado Eduardo Trevisan, que esses 2% do fundo de saúde, os empresários de saúde agradecem penhoradamente. Porque continuará com 1%, 2% lá no interior do Paraná, sem prestação nenhuma de serviço através dos institutos. Como hoje não acontece, Deputado Basílio Zanusso, não só na sua região, lá na nossa também não. Mas, desgraçadamente, a sua "professorinha" lá do seu município continuará não tendo ressarcimento, tenha certeza absoluta, seja qual for o plano de saúde.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Votação ao projeto.

Senhores Deputados que apoiam o projeto conservem-se como estão. **Aprovado.**

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Com voto contrário da Bancada do PT.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Vai se proceder a verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Trinta e dois Deputados aprovam.

Deputado que rejeitam, queiram levantar-se.

#### O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, que se registre voto contrário dos Deputados: Péricles Mello, Edgar Bueno, Luiz Claudio Romanelli, Irineu Colombo, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Paulo Gorski, Dr. Rosinha, Nereu Moura, Toti Colaço, Orlando Pessuti e Ângelo Vanhoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de justificar o voto da Bancada do Governo. Só para responder a vaia levada pelos Deputados que votaram favorável.

Dizer que, pelo avanço do horário, pelo cansaço que torna conta dos Deputados, teria aqui sem sombra de dúvidas, respostas, e o Deputado Caíto Quintana citou muito bem na tribuna. Quando ele diz que não está em julgamento um projeto do Governo Jaime Lerner, mas está aqui um projeto do Paraná. Quero dizer aos funcionários Públicos do Paraná, não esses que estão aqui desinformados, desinformados, desinformados totalmente. Porque os funcionários públicos...

Estamos nesse momento, ao aprovar o fundo previdenciário do Estado, salvando o futuro do Paraná. Não vamos entrar no mérito. Não vamos entrar na vaia ou no aplauso fácil. Porque sabemos muito bem quem são os grandes responsáveis por essa situação em que vive o Estado do Paraná e o Poder Público Brasileiro. Estados falidos, Prefeituras falidas, porque criou-se uma situação e o grande pecado de tudo que vivemos neste momento, e a grande crise financeira que vivemos neste momento, está sendo questionado com competência pelo Governo do Paraná. O único Governo deste País, que questiona a Previdência, que quer cobrar do INPS, quando o Estado num ato irresponsável assumiu e transformou 50 mil celetistas em estatutários, quando esses celetistas contribuíram para a previdência e de uma hora para outra, para facilitar aquele momento em que o Estado vivia, assumiu-se a responsabilidade e transformou-se os celetistas em estatutários. Hoje, num cálculo autorial significa aproximadamente 5 bilhões de reais, que o Estado tem haver do Ministério da Previdência Social.

Então estamos votando aqui com consciência com responsabilidade, sem ter vergonha do que estamos fazendo, porque nós sabemos que os aplausos chegarão no futuro. Meus Parabéns, aos Deputados que tiveram a coragem de acompanhar o Governo Jaime Lerner, neste momento, que recupera o prejuízo e está procurando através da aprovação deste projeto, reestabelecer novamente uma situação econômica que dê possibilidade de administrar o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço que registre meu voto contrário, porque não estava no momento no Plenário.

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/98, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e adota outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### PROJETO DE LEI Nº 485/98 EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 11

Inclua-se na alteração 2ª :

“Amplia o benefício de isenção aos caminhões utilizados no transporte de cargas de produtos perecíveis.”

Sala das Sessões, em 29.12.98

(a) DUÍLIO GENARI

Apoioamento:

Élio Rusch, Paulo Gorski, Geraldo Cartário, Wal-  
mor Trentini, Basílio Zanusso.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS APRESENTADAS PROJETO DE LEI Nº 485/98

#### P A R E C E R :

Ao Projeto de Lei nº 485/98, nascido da Mensagem Governamental nº 053/98, que altera a Lei Orgânica do IPVA, Lei nº 11.280/95, foram apresentadas 10 (dez) emendas em Plenário, ora submetidos à apreciação desta Comissão.

As Proposições sob exame objetivam elevar a alíquota do imposto para os veículos de propriedade das empresas locadoras; conceder isenção do tributo para os veículos de propriedade das instituições religiosas, de assistência social e educacional; manter em 25 UFIR's a carga tributária dos veículos com mais de 20 anos de fabricação; conceder parcelamento em até 12 meses do crédito tributário decrescente do IPVA, com anistia de multa, remissão de juros e dispensa de correção monetária; isentar do pagamento do imposto os caminhões utili-

zados no transporte de carga e os ônibus utilizados no transporte público urbano intermunicipal; isentar o primeiro pagamento do IPVA dos veículos novos adquiridos de empresas paranaenses, por contribuinte que utilize como parte do pagamento seu veículo com mais de 15 anos de fabricação e, por fim, isentar do pagamento do IPVA também os veículos com mais de 25 anos, de propriedade do Veteran Car Club do Brasil ou de seus associados.

Analizadas as proposições arroladas sob à luz das Constituições Federal e Estadual, do Código Tributário Nacional, demais legislação infraconstitucional e do Regimento Interno desta Casa, nenhuma restrição se apresentou, portanto estão em condições de merecer o parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça no que respeita a sua constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e exclusividade.

Sala das Comissões, em 29.12.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

Apoioamento:

Edgar Bueno (voto contrário), Doutor Rosinha,  
Paulo Gorski, Duílio Genari, José Maria Ferreira,  
Walmor Trentini, Élio Rusch.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Emendas apresentadas em Plenário. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Temos requerimentos pedindo destaque para algumas Emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, com apoioamento dos Srs. Deputados José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Antonio Annibelli e Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando destaque para a discussão e votação à Emenda nº 01 de Plenário ao Projeto de Lei nº 485/98. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoioamento do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando destaque de discussão e votação para as Emendas nºs 03, 04, 05, 06 e 09 ao Projeto de Lei nº 485/98. **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, com apoioamento do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando pedido de destaque na votação da Emenda nº 08, ao Projeto de Lei nº 485/98. **Retirado pelo autor.**

Votação às Emendas em Bloco, conforme requerimento aprovado.



**O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)**

Consulto Vossa Excelência seguindo pelo Estatuto, a Emenda para ser votada em bloco, não tem que versar sobre o mesmo assunto, o mesmo objetivo?

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Todas se referem sobre o IPVA, há uma conexão.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)**

Temos aqui três Emendas, e fiquei também satisfeito de ver aqui uma proposta de Emenda do Deputado Duílio Genari, no mesmo sentido que uma das Emendas que apresentamos. Uma das Emendas nossas pretende garantir aos veículos antigos que hoje pagam 25 UFIR, a título de IPVA, que esse valor seja mantido. É lógico que uma outra Emenda apresentada propõe a isenção para esses veículos, como outrora acontecia nos governos do PMDB, onde os veículos com mais tempo de uso não pagavam IPVA, até numa medida de caráter social, porque verdadeiramente só possui veículo mais antigo, pessoas de menor poder aquisitivo.

Ao propor essa Emenda, o objetivo é o de dar a essas pessoas condições de manter regularizado o imposto de veículo, já que além do IPVA pesa a contribuição do seguro obrigatório, pesa futuramente a inspeção veicular o que acarretará um dispêndio muito grande.

A outra Emenda que apresentamos diz respeito ao aumento da alíquota para os veículos pertencentes às empresas locadoras. Na nossa avaliação pessoal, não é justo que nós e toda a população paranaense, na categoria de pessoas físicas, tenhamos que pagar 2,5 a título de IPVA e os veículos utilizados para locação que certamente são utilizados por pessoas que têm um poder aquisitivo maior, possam pagar tão somente 1%.

A terceira proposta nossa que se iguala à do Deputado Duílio Genari, diz respeito "a proposta de isentarmos do pagamento de IPVA os veículos enquadrados na categoria de caminhões transportadores de cargas. Todos sabemos que os transportadores de cargas do Estado do Paraná, os caminhoneiros estão sendo duramente penalizados com o advento do pedágio que é cobrado toda vez que por essas rodovias pedagiadas, eles trafegam.

Oportunamente teremos o imposto sobre os combustíveis, chamado "Imposto Verde" que pesará mais uma vez sobre o transporte de cargas. Além disso, a inspeção veicular também irá pesar sobre eles. Nada mais justo, num Estado em que a questão do transporte de cargas é uma questão prioritária para esse Estado, que venhamos a isentar de IPVA os caminhões transportadores de cargas.

Por essa razão, apelamos aos Senhores Deputados no sentido de que aprovemos as Emendas propostas ao Projeto de Lei nº 485 que versa sobre o IPVA.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Em votação.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Para Encaminhar)**

Já abri mão de não apresentar o encaminhamento na votação anterior, mas apenas por uma questão de fazer justiça e se cumprir a justiça no país, quero levantar a questão aos Senhores Deputados que na Constituição Federal, das limitações do poder de tributar, o Artigo 150, em seu inciso VI, letras "b" e "c", dizem que os tempos e os patrimônios de entidades não somente sindicais, políticas, educativas e de assistência social, sem fins lucrativos, têm direito de ter a isenção.

Diz o Artigo 150: "É vedado à União, ao Estado e aos Municípios tributar patrimônio das entidades religiosas, assistenciais, educativas, políticas..."

Então, sob o risco desse projeto ser aprovado com erros, gostaria de pedir a cada companheiro, mesmo porque todos são católicos ou evangélicos ou espíritas e sabem que tributar as igrejas com esses impostos é ir contra a Constituição Federal.

Gostaria de pedir que a minha Emenda fosse acatada, para que se faça cumprir nesse Estado, a Constituição Federal.

Apenas para adequar a nossa lei à questão federal.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Os Senhores Deputados que rejeitam as Emendas, constituídas de onze (11), queriam levantar-se. **Rejeitados.**

Em votação o projeto. **Aprovado.**

Com voto contrário da Bancada do PT.

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei Complementar nº 015/96, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados: Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Luiz Carlos Zuk, Nelson Garcia e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 10 sessões do Projeto de Lei Complementar nº 015/96.

**ITEM 01**

**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 507/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/98, que autoriza o Poder Executivo a implantar Sistema de Transferência ao Tesouro Geral do Estado de saldos financeiros disponíveis em órgãos da administração indireta do Estado. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Com emenda de Plenário e com parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Os Srs. Deputados que rejeitam a Emenda conservem-se como estão. **Rejeitada.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Essa Emenda que apresentamos ao Projeto de Lei nº 507/98, visa justamente não retirar nessa operação conhecida tradicionalmente como “raspa tacho”, os recursos destinados ao “Fundo Paraná”.

O “Fundo Paraná”, todos sabemos que é aquele que concentra os recursos repassados pelo Tesouro Estadual em cumprimento ao dispositivo constitucional, artigo 205, que determina 2% da receita tributária para a Ciência e Tecnologia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER À EMENDA APRESENTADA AO  
PROJETO DE LEI Nº 507/98

O Projeto de Lei nº 507/98, originário da Mensagem Governamental nº 056/98, objetiva implantar Sistema de Transferência ao Tesouro Geral do Estado, dos saldos financeiros disponíveis aprovados neste exercício, em órgãos da administração indireta.

A proposição aprovada em 1ª discussão, recebeu Emenda Modificativa em Plenário, objetivando acrescentar na redação do artigo 2º, ao lado do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, o “Fundo Paraná”, de modo a também excluí-lo da obrigatoriedade do repasse das suas disponibilidades financeiras ao Tesouro Geral.

Inobstante, louvável a preocupação que justificou a Proposição, há que se considerar que os recursos que compõem tais fundos são de origens diversas. Os fundos que compõem os primeiros são provenientes de fontes distintas do Tesouro, tais como “royalties”, retorno de aplicações financeiras, verbas do BID etc., ao passo que os Recursos do “Fundo Paraná” são originários, quase que exclusivamente, do próprio Tesouro.

Considerando portanto, que o projeto de lei tal como apresentado, está em conformidade com os ditames constitucionais, legais e regimentais e, principalmente, considerando o descompasso da Proposição em análise com os mais relevantes interesses de nosso Estado, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer contrário à aprovação da Emenda.

Sala das Comissões, em 29.12.98

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

Apoiamento:

Edgar Bueno, Paulo Gorski, Élio Rusch, Doutor Rosinha (voto contrário), Basílio Zanusso, Walmor Trentini, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Valdir Rossoni.

Entendemos que este é um assunto da maior importância para o Estado. A criação desse Fundo foi amplamente debatida nesta Casa em proposta inicialmente apresentada pelo Deputado Algaci Túlio, pela Deputada Emília Belinati. Nesta legislatura apresentamos um Projeto no mesmo sentido e, posteriormente, o Governo do Estado enviou para cá sua Mensagem e que foi finalmente aprovada a criação do “Fundo Paraná” que concentra esses recursos. Ao final deste ano, como tradicionalmente acontece, são centralizadas a nível de Tesouro os recursos que estão, - vamos dizer assim, - sobrando das diferentes instituições do Estado. E o nosso entendimento é de que deveríamos preservar, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU; preservar, também, os recursos que estejam alocados no “Fundo Paraná”, porque eles se destinam à questão da Ciência e Tecnologia e evidentemente não teve nenhum sentido no meu modo de avaliar, o parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, que considerou esta Emenda inconstitucional.

Se este Fundo atende a um dispositivo constitucional que é o Art. 205, a nossa Emenda tentando preservar esse Fundo, evidentemente também não poderia ser inconstitucional. Por esta razão é que apresentamos esta Emenda tentando preservar os recursos da ciência e tecnologia existentes no “Fundo Paraná”.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

O projeto foi votado e a Emenda foi rejeitada.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Hoje, estamos agora em Período Extraordinário e, “pelo andar da carruagem”, os projetos devem encerrar hoje. Porém, a Assembléia foi convocada até o dia 16 de janeiro. E quero, aqui, fazer uma “Questão de Ordem” que acho importante com a Liderança do Governo. Está tramitando na Casa há mais de dois anos um projeto de lei de iniciativa do Governo e, como Oposição nesses quatro anos, solicito que coloque em votação aquele projeto, que é o projeto que dispõe sobre o Código de Saúde no nosso Estado. É um Código importantíssimo e que já tramita há mais de dois anos e justamente por ser tão importante é que vejo que ele, talvez, não seja votado. E aí vai ser o momento que, provavelmente, toda Oposição até votará favorável.

Requeiro à V. Exa. a inclusão desse Código na próxima Sessão do período Extraordinário, até porque como Deputado militante na área da saúde, já discutimos junto ao Governo do Estado por mais de duas ou três reuniões, algumas emendas que inclusive a Secretaria de Estado da Saúde aceita e que gostaria de vê-las aprovadas assim como achamos que o Código é importante.

Neste sentido que requeiro a colocação na Ordem do Dia e gostaria de ter apoio da Bancada Governista ao projeto do Governo para que ele possa tramitar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

A Mesa vai examinar a situação do projeto e se ele estiver em condições regimentais nós o incluiremos na Ordem do Dia.

O DR. ROSINHA

Senhor Presidente, só para complementar.

Já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, já o solicitei - por mais uma vez - ao Presidente da Comissão de Saúde que me nomeasse Relator e que eu faria um parecer favorável com as emendas já acordadas com o Governo há mais de três ou quatro meses. Porém o Presidente da Comissão de Saúde não se manifestou até a presente data.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2146, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2153, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, o teor do requerimento, por favor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)  
(Faz leitura do requerimento)

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação o requerimento do Deputado Durval Amaral.

Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2152, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/98.

Convoca ainda, os Senhores Deputados, para a Sessão Solene de posse do Sr. Governador Jaime Lerner, a realizar-se no dia 1º de janeiro de 1999, às 11:00 horas, nesta Casa.

Levanta-se a sessão.